



**CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**A ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA NAS RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS: o confronto entre Estados Unidos e Cuba**

**TATIANA DE PAULA COUTINHO**

**Brasília – DF  
2011**

**TATIANA DE PAULA COUTINHO**

**A ESTRATÉGIA DE PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA NAS RELAÇÕES  
INTERNACIONAIS: o confronto entre Estados Unidos e Cuba**

Projeto de Monografia apresentado como  
requisito parcial para a conclusão do curso de  
bacharelado em Relações Internacionais do  
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Orientadora:  
Professora Mestre Raquel Boing Marinucci

**Brasília – DF  
2011**

Coutinho, Tatiana de Paula

A estratégia de promoção da democracia nas relações internacionais:  
o confronto entre os Estados Unidos e Cuba. / Tatiana de Paula  
Coutinho. – Brasília,  
2011.

x, 70 f.; il.: 30 cm.

Orientador(a): Raquel Boing Marinucci  
Monografia (graduação) – Centro Universitário de Brasília, Relações  
Internacionais, Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, 2011.

1. Democracia. 2. Estados Unidos. 3. Cuba. 4. Socialismo.  
5. Sistema Político I. Marinucci, Boing Raquel. II. Título.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professora Mestre Raquel Boing Marinucci  
(Orientadora)

---

Professor Mestre Frederico Seixas Dias

---

Professor Doutor Carlos Frederico D. Avila

**Brasília – DF**

**2011**

*Nadie puede decir cómo van a ser las cosas solo lo único que podemos decir es cómo no pueden ser las cosas*

Fidel Castro

## **AGRADECIMENTOS**

À minha orientadora por ter me ajudado e encorajado a desenvolver essa monografia, e por ter sido paciente e compreensiva comigo.

Ao meu pai por ser minha eterna fonte de inspiração, amigo e mentor.

À minha mãe, irmã, prima e namorado pela compreensão, ajuda e imenso apoio moral.

Aos meus professores do curso de Relações Internacionais por terem me inspirado a seguir até o final.

Aos meus amigos companheiros que estiveram juntos comigo nessa jornada.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em analisar até que ponto a promoção da democracia serve de fato para diminuir tensões no cenário internacional e questionar se uma estratégia mais tolerante em relação a sistemas políticos distintos não seria mais eficaz para o bom relacionamento entre as nações e para a segurança internacional, como será visto no terceiro capítulo. O trabalho utiliza o caso da confrontação entre Estados Unidos e Cuba como um exemplo para dar sustento à argumentação. No primeiro capítulo é visto que a promoção da democracia tem sido um dos principais pilares da política externa dos Estados Unidos desde o fim da Segunda Guerra Mundial. O fim da Guerra Fria e o desmoronamento da União Soviética foram vistos pelos Estados Unidos como uma vitória dos princípios liberais sobre os comunistas, fortalecendo a idéia de uma missão perante a humanidade de levar a paz e a liberdade, por meio da implantação da democracia liberal, aos povos submetidos há anos a ditaduras que não respeitam as liberdades fundamentais dos indivíduos. No segundo capítulo, é visto como o regime socialista instaurado pela Revolução Cubana de 1959 representou uma ruptura com os princípios liberais, entre eles a democracia liberal. Cuba, devido a uma longa história marcada por violência, repressão e ditaduras, ansiava por uma ordem econômica, social e política que trouxesse melhores condições de vida para a população, com maior segurança e distribuição de renda. Hostis à Revolução desde o início, principalmente por conta de interesses econômicos contrariados pelas desapropriações promovidas pelo governo revolucionário cubano, os Estados Unidos não tiveram dúvidas em dificultar ao máximo o desenvolvimento de um sistema socialista em Cuba. Cortaram relações diplomáticas e impuseram um embargo econômico que dura até hoje. A principal alegação dos norte-americanos para justificar essas sanções é a falta de democracia em Cuba, cuja instauração nos moldes liberais é colocada como condição prévia para a normalização das relações entre os dois países. No entanto, a Revolução Cubana, apesar das sanções impostas, resiste há mais de 50 anos e nunca surgiu entre os norte-americanos a idéia de mudar de estratégia em relação à ilha, os poucos que tentaram logo foram superados pela ala mais conservadora do governo dos Estados Unidos.

**Palavras-chave:** democracia, Estados Unidos, Cuba, socialismo, sistema político.

## ABSTRACT

The main objective of this thesis is to examine to what extent promoting democracy in fact serves to lessen tensions in the international scenario and to wonder whether a more tolerant posture towards different political systems would be more effective for the good relationship between nations and maintenance of international security, as seen in the third chapter. This thesis uses the case of the confrontation between the U.S. and Cuba as an example to give support to the argument. The first chapter shows that promoting democracy has been a key pillar of U.S. foreign policy since the end of World War II. The end of the Cold War and the collapse of the Soviet Union were seen by the U.S. as a victory of liberal principles over the communist, supporting the idea of a mission to take peace and freedom, through the implementation of liberal democracy, to the people under dictatorship rule that do not respect the fundamental individual rights. In chapter two it is seen that the socialist regime established by the 1959 Cuban Revolution represented a rupture with the liberal principles, among these liberal democracy. Due to a long history of violence, repression and dictatorships, Cuba longed for an economic, social and political order to improve the living conditions of the population, with greater security and income distribution. Hostile to the Revolution since the beginning, mainly because of opposed economic interests through expropriations promoted by the Cuban revolutionary government, the United States made it as difficult as possible for the development of a socialist system in Cuba. They ended their diplomatic relations and imposed an economic embargo which lasts until today. The main allegation of the United States to justify these sanctions is the lack of democracy in Cuba, and the prime condition to normalize the relations between the two countries would be the establishment of a liberal democracy. However, even with the imposed sanctions, the Cuban Revolution already lasts for over fifty years and there have been no ideas from the Americans to change their strategy towards the island, the few politicians that did were soon overcome by the conservatives in the U.S. government.

**Key-words:** democracy, United States, Cuba, socialism, political system.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	01
CAPÍTULO I: A promoção da democracia e a política externa dos Estados Unidos .....	04
1.1. A estratégia de promoção da democracia.....	04
1.2. A evolução do conceito de Democracia Liberal.....	09
CAPÍTULO II: A Revolução Cubana e uma visão alternativa de democracia .....	20
2.1. O contexto histórico da Revolução Cubana .....	21
2.2. A gênese e o desenvolvimento do sistema político cubano .....	26
2.3. Os fundamentos teóricos e filosóficos do sistema político cubano .....	35
CAPÍTULO III: A democracia está nos olhos de quem vê .....	41
3.1. Capitalismo, socialismo e democracia .....	41
3.2. O pluripartidarismo e o sistema de partido único .....	44
3.3. A liberdade de expressão .....	47
3.4. Democracia: uma questão de ideologia .....	49
CONCLUSÃO .....	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	58

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o impacto para a segurança internacional da promoção da democracia, considerada um dos pilares da política externa norte-americana, utilizando como objeto de estudo o confronto entre Estados Unidos e Cuba desde a vitória da Revolução Cubana em 1959.

Desde que se consolidaram como potência internacional, após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos têm buscado promover o ideal de democracia liberal que envolveria, entre outros elementos, a realização de eleições livres, multipartidárias e a garantia de liberdades e direitos fundamentais. Durante a Guerra Fria a preocupação com a promoção desse ideal estava ligada a questões de segurança. Após o desaparecimento da União Soviética, os Estados Unidos, em sua condição hegemônica no cenário internacional, viram-se em posição privilegiada para fortalecer os esforços de promoção de seus valores democráticos.

A chegada ao poder de Fidel Castro em Cuba representou uma quebra de paradigma no Continente Americano em relação ao conceito predominante de democracia, tal como definido e promovido por autoridades e intelectuais norte-americanos. A circunstância histórica do alinhamento ao bloco dominado pela então União Soviética levou Cuba a adotar um sistema político, grandemente influenciado pelos modelos então existentes nos países daquele bloco, mas contendo características próprias, baseadas em referência nacionais, com a fusão da tradição filosófica de José Martí, o herói nacional do país e mentor do nacionalismo cubano, com o ideal socialista de inspiração marxista-leninista.

Hostis à Revolução Cubana desde o início, principalmente por motivos econômicos, os Estados Unidos viram no alinhamento de Cuba com o bloco soviético uma ameaça a seus interesses estratégicos. A adoção de um sistema político alternativo forneceu um argumento para aprofundar essa hostilidade, pois segundo os americanos a quebra do paradigma democrático vigente no continente representava, na verdade, a imposição de um regime político totalitário em Cuba. Aliado à defesa do socialismo como ideal econômico, tal regime constituiria uma ameaça para os demais países da América Latina. Depois de meio século de confrontação, embargo econômico e relações diplomáticas rompidas, o debate sobre a alegada falta de democracia em

Cuba, por não adotar o paradigma tradicional liberal, continua a constituir empecilho à normalização das relações entre Estados Unidos e Cuba.

Entretanto a análise de certos aspectos do sistema político baseado no ideal de democracia liberal e do sistema político alternativo adotado por Cuba indica que dificilmente seria possível afirmar que um deles necessariamente representa a verdadeira democracia, sem uma prévia tomada de posição ideológica, a qual normalmente implica a dicotomia entre o capitalismo e o socialismo, como característica fundamental do sistema econômico. Poderia, por exemplo, o paradigma de democracia adotado por Cuba constituir uma alternativa válida ao ideal de democracia liberal? Nessas condições, dependendo da opção ideológica tomada, seria possível questionar se o ideal de democracia promovido pelos Estados Unidos é efetivamente um regime político compatível com a garantia de justiça social. Por outro lado, seria possível também questionar se a estratégia de promoção da democracia liberal no âmbito internacional é realmente eficaz para propiciar a paz entre as nações. Mais ainda, seria válida a eventual imposição desse ideal a países considerados não-democráticos, sem levar em conta suas especificidades históricas, culturais, religiosas e econômicas?

Tendo em conta seu objetivo central, a análise do impacto da estratégia de promoção da democracia praticada pelos norte-americanos, usando o caso das relações entre Cuba e Estados Unidos como exemplo, o presente trabalho foi estruturado em três capítulos, sendo os dois primeiros descritivos teóricos e o terceiro analítico.

Primeiramente, será visto no capítulo I como a promoção da democracia constitui um dos pilares da política externa norte-americana. Será apresentado um breve histórico como se formou o conceito de democracia liberal, o modelo de democracia adotado pelos Estados Unidos que, em vista de sua posição como potência dominante no cenário internacional, disseminou-se mundialmente e se tornou a concepção hegemônica nos meios políticos de diversos países, organismos internacionais e meios acadêmicos mais influentes, localizados, sobretudo, na Europa e na América do Norte.

No segundo capítulo será visto como a Revolução Cubana representou uma ruptura com os ideais liberais democráticos. Cuba adotou um sistema político alternativo, fortemente influenciado por condicionantes históricos. Por não ser um sistema muito conhecido e muitas vezes mal interpretado, será necessário iniciar o capítulo com um breve apanhado da história de Cuba e uma descrição, com algum grau de detalhamento, da gênese e desenvolvimento do

sistema político cubano, para que se possa entender sua lógica. Serão analisados também os fundamentos e influências teóricas e filosóficas desse sistema político alternativo.

No terceiro capítulo serão discutidos três dos temas mais controversos na comparação do ideal de democracia liberal e da visão alternativa de democracia, materializada no sistema político cubano. São estes: a discussão sobre a compatibilidade ou incompatibilidade do capitalismo e do socialismo com a democracia; a discussão sobre a questão do pluripartidarismo e do sistema de partido único; e a discussão sobre a liberdade de expressão. No segundo e no terceiro ponto serão feitas referências à confrontação entre os Estados Unidos e Cuba como exemplo para efeitos de argumentação. Será argumentado que não seria possível concluir que um sistema é necessariamente melhor que o outro, sem adotar um posicionamento ideológico prévio.

## **CAPÍTULO I**

### **A PROMOÇÃO DA DEMOCRACIA E A POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS**

O presente capítulo tem por objetivo discorrer a respeito da estratégia de promoção da democracia, considerada como um dos pilares da política externa norte-americana, e definir os valores constitutivos da versão de democracia que os Estados Unidos defendem, a democracia liberal. Também aborda a forma em que se chegou a uma concepção hegemônica entre governos (pelo menos no bloco ocidental), a academia e organismos internacionais sobre o conceito de democracia. Analisa o desenvolvimento dos conceitos de democracia e legitimidade à luz dos princípios da corrente teórica do Liberalismo. O capítulo focaliza ainda o contexto histórico pós Segunda Guerra Mundial no qual evoluiu a prática da promoção da democracia liberal pelos Estados Unidos.

#### **1.1. A estratégia de promoção da democracia**

A promoção da democracia constitui um dos pilares da política externa norte-americana. No site do Departamento de Estado do governo dos Estados Unidos pode-se ler que “a promoção da democracia e o respeito pelos direitos humanos têm sido há muito tempo componentes centrais da política externa dos Estados Unidos”.<sup>1</sup> Essa estratégia claramente visa à proteção e promoção dos interesses norte-americanos, particularmente em relação à segurança, e pretende contribuir para a paz no cenário internacional, pois, como veremos abaixo, teoricamente, democracias seriam menos propensas a entrarem em conflito entre si. Sobre esses pontos o Departamento de Estado norte-americano é claro: “apoiar a democracia não apenas promove certos valores fundamentais americanos, tais como liberdade religiosa e direitos dos trabalhadores, mas também ajuda a criar uma arena global mais segura, estável e próspera, na qual os Estados Unidos pode proteger seus interesses nacionais”.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> U.S. DEPARTMENT OF STATE. Disponível em: <<http://www.state.gov/g/drl/democ/>>. Acesso em: 17/05/2011. “Democracy and respect for human rights have long been central components of U.S. foreign policy”.

<sup>2</sup> Id. “Supporting democracy not only promotes such fundamental American values as religious freedom and worker rights, but also helps create a more secure, stable and prosperous global arena in which the United States can advance its national interests.”

A política externa dos Estados Unidos, assim como o próprio sistema político do país, é fortemente influenciada pelo pensamento da corrente teórica liberal, como veremos a seguir. Portanto, para entender como a promoção da democracia constitui um dos pilares da política externa norte-americana, é preciso levar em conta algumas premissas básicas do pensamento liberal.

A tradição liberal nasceu na Europa do século XVIII, sob a influência das idéias que começaram a circular na época do Iluminismo e em contraposição ao pensamento absolutista que prevalecia sobre a organização política dos Estados nacionais recém formados. No geral, o pensamento liberal vê a natureza humana de forma muito positiva, acreditando no progresso tanto social quanto econômico da humanidade. Praticamente todo o progresso possível seria devido à razão humana: “[...] para os teóricos liberais, a razão humana pode triunfar sobre o medo e a cobiça pelo poder.”<sup>3</sup> Assim, conflitos podem ser evitados e a cooperação entre Estados poderá tomar forma. A crença no progresso reflete a expectativa de uma vida melhor para a maioria das pessoas. Essa visão otimista dos liberais, no entanto, oscilou bastante ao longo da história e continua sendo um tema controverso dentro da academia, principalmente no período pós Segunda Guerra Mundial, com o surgimento de novas vertentes, embora ainda prevaleçam as premissas básicas dos teóricos liberais clássicos.

Após a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos consolidou-se como potência internacional com capacidade de influenciar as ações de outros países. Os países da Europa Ocidental, destruídos pela guerra, receberam auxílio econômico dos Estados Unidos para sua reconstrução e incorporaram vários dos valores liberais defendidos pela grande potência. Entre esses valores encontrava-se o ideal de democracia liberal, predominante antes da guerra apenas na França e na Grã Bretanha, e que foi adotado no pós-guerra por grande parte dos países da região, em particular, a Alemanha e a Itália que haviam sido dominadas por regimes autoritários.

No entanto, o poder de influência dos Estados Unidos esteve, durante décadas, limitado pela circunstância do mundo bipolar que se formou após o final da Segunda Guerra Mundial. A competição com a União Soviética reforçou a necessidade da disseminação do ideal de democracia liberal, em contraposição aos regimes socialistas que se abrigavam no bloco sob influência soviética. Durante toda a Guerra Fria, a propaganda política e principalmente os

---

<sup>3</sup> JACKSON, Robert; SORENSEN, Georg. *Introdução às Relações Internacionais: teorias e abordagens*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007, p. 153.

discursos dos representantes americanos dedicaram grande atenção à confrontação entre o ideal de democracia liberal com a concepção de democracia popular adotada pelos regimes socialistas e considerada um disfarce para regimes autoritários.<sup>4</sup> Nesse contexto, a preocupação com a defesa e a promoção da democracia liberal estava intimamente ligada às questões de segurança.

Com a desestruturação e o conseqüente fim da União Soviética, os Estados Unidos se viram no auge de sua influência, tornando-se a potência hegemônica no cenário internacional. Seu poder político, militar e econômico lhe assegura a capacidade de influir nos acontecimentos em todo o mundo, de forma a defender seus interesses estratégicos, políticos e econômicos, e promover, ou até mesmo impor, seus valores filosóficos e culturais, entre eles a democracia liberal. Poucas são as áreas do conhecimento e da atividade humana que não estão hoje sob forte influência desses valores. Desde o final da Guerra Fria, os norte-americanos acreditam ter provado que os princípios liberais são superiores a quaisquer outros e assim afirmam que todos os países teriam o desejo de se tornarem democracias liberais. Em outras palavras, os princípios da democracia liberal seriam valores universais.

Levando em consideração os estudos desenvolvidos pelos teóricos clássicos John Locke, Jeremy Bentham e Immanuel Kant, podem-se definir três premissas básicas do pensamento liberal que influenciam a formulação da política externa norte-americana e mais especificamente em relação às idéias democráticas:

- Respeito às liberdades individuais e à propriedade privada;
- Direito internacional e tolerância mútua entre os Estados;
- Repúblicas democráticas não entram em conflito entre si e, portanto, a paz perpétua é possível.<sup>5</sup>

Essas premissas se vêem claramente refletidas no site do Departamento de Estado onde é assinalado que “nações governadas democraticamente são mais propensas a assegurar a paz, deter as agressões, expandir mercados abertos, promover o desenvolvimento econômico,

---

<sup>4</sup> O termo “democracia popular” surgiu após a Segunda Guerra Mundial e foi aplicado originalmente aos países do Leste Europeu que viriam a formar o bloco sob influência da União Soviética. Buscava diferenciar a União Soviética, que já seria socialista, dos demais países, que ainda estariam “construindo” o socialismo. Mais tarde o termo foi também aplicado à China. Giovanni Sartori assinalou que o termo envolvia uma redundância, em vista do próprio significado da palavra democracia (SARTORI, 1994, pp. 271-274). Como veremos no capítulo III, o emprego do termo por pensadores e políticos de orientação marxista buscava sublinhar o caráter popular do sistema político que defendiam, em contraposição à democracia liberal, que consideravam uma forma de perpetuar o poder político das classes dominantes.

<sup>5</sup> SARTORI, Giovanni. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol. 2 – As Questões Clássicas. São Paulo: Editora Ática S.A., 1994, pp. 271-274.

proteger cidadãos americanos, combater o terrorismo e o crime internacionais, resguardar os direitos humanos e dos trabalhadores, evitar crises humanitárias e fluxos de refugiados, melhorar o meio ambiente global e proteger a saúde humana”.<sup>6</sup> Como se pode ver, trata-se da defesa e promoção de interesses políticos e econômicos dos Estados Unidos, embora seja nítida a preocupação de apresentar a promoção da democracia como uma ação altruísta, ou seja, não apenas de interesse dos Estados Unidos, mas também do mundo. Os benefícios para outros países também seriam melhor para a defesa dos interesses norte-americanos.

De acordo com Maria Helena de Castro Santos: “[...] no período do pós-Guerra Fria [...] [s]em grandes ameaças aparentes, os Estados Unidos podem basear sua doutrina de política externa nos princípios da democracia, sem as ambigüidades da Guerra Fria. Interessa, assim, saber a importância que a democracia ocupa na política externa deste período, comparando-a com a segurança, preocupação maior na Guerra Fria.”.<sup>7</sup> Assim, em seu recente artigo, analisando os discursos dos Presidentes e Secretários de Estado norte-americanos, a autora identificou três pilares principais e uma missão da política externa norte-americana que tratam de explicar ou até mesmo justificar a necessidade da disseminação dos valores democráticos liberais em alguns países ainda hoje. São estes:

- (1) *Os valores e princípios da democracia liberal ocidental são universais, isto é, todos os povos do mundo desejam tornarem-se democráticos. Portanto, a promoção da democracia é para o bem da humanidade.*
- (2) *Democracias não lutam entre si. Portanto, exportar democracia significa promover a paz mundial. Aqui democracia é ligada à segurança global.*
- (3) *A promoção da democracia faz o mundo mais seguro e mais próspero para os Estados Unidos. Aqui democracia é ligada à segurança e aos interesses americanos.* (CASTRO SANTOS, 2010, p. 2)

Tendo em conta esses três princípios, o surgimento da idéia de uma missão de promoção dos valores democráticos liberais pelos Estados Unidos se explica. Se a democracia liberal representa a vontade de todos os países de serem livres, seguros e prósperos, seria até obvio

---

<sup>6</sup> U.S. DEPARTMENT OF STATE. Disponível em: <<http://www.state.gov/g/drl/democ/>>. Acesso em: 17/05/2011. “Democratically governed nations are more likely to secure the peace, deter aggression, expand open markets, promote economic development, protect American citizens, combat international terrorism and crime, uphold human and worker rights, avoid humanitarian crises and refugee flows, improve the global environment, and protect human health”.

<sup>7</sup> CASTRO SANTOS, Maria Helena. *Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra Fria: doutrinas e o uso da força*. Revista Brasileira de Política Internacional (online), 2010, vol. 53, n.1 pp. 2.



pensar que tudo se resume no primeiro princípio, sobre a universalidade desses valores. Considerando que os Estados Unidos detêm poder suficiente, principalmente bélico, para exportar esses valores para outros países, “[o]s americanos estão imbuídos de uma missão perante a humanidade: trazer-lhe liberdade e democracia”.<sup>8</sup> Juntando os princípios (1) e (2), o terceiro princípio seria uma consequência lógica, reconhecida mundialmente, o que permitiu aos Estados Unidos reivindicar legitimidade para sua estratégia de disseminação daqueles princípios pelo mundo, como forma de garantir a segurança internacional.

Fica clara a intensa ligação que ainda existe entre a promoção dos valores democráticos liberais e segurança global. A partir da proposição de Immanuel Kant, formulada em seu *Tratado sobre a Paz Perpétua*, de que as repúblicas (aqui entendidas como democracias liberais, como veremos abaixo), por serem formas puras de governo oferecem as condições adequadas para a paz perpétua entre as nações, Michael Doyle afirma que, por compartilharem esses princípios, as democracias não seriam necessariamente mais pacíficas no que se refere a seus planos internos, porém seriam mais pacíficas entre si mesmas.<sup>9</sup> Assim, supostamente se todos os países adotassem regimes democráticos baseados nesses princípios, haveria um senso de maior segurança no plano internacional e, portanto, seria possível alcançar um estado de paz perpétua. O Presidente norte-americano, Woodrow Wilson, um dos maiores defensores da promoção da democracia no início do século XX, como forma de assegurar a paz mundial, levou esse pensamento à prática, sendo o principal proponente da Liga das Nações, após o final da Primeira Guerra Mundial, uma organização onde somente os países que pregavam a paz e fossem *democráticos* poderiam fazer parte.<sup>10</sup>

A íntima ligação entre a promoção da democracia e a segurança no plano mundial fica evidenciada no que o Departamento de Estado norte-americano estabelece como os objetivos daquela estratégia, a saber:

- Promover a democracia como meio de alcançar a segurança, a estabilidade e a prosperidade para o mundo inteiro;
- Auxiliar democracias recém estabelecidas na implementação dos princípios democráticos;

---

<sup>8</sup> CASTRO SANTOS, 2010, p. 2.

<sup>9</sup> DOYLE, Michael. *Kant, Liberal Legacies, and Foreign Affairs, Part I. Philosophy and Public Affairs* 12, p. 205-235. APUD, NOGUEIRA, João Pontes e MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2005, p. 100.

<sup>10</sup> THACKRAH, J.R. *Politics*. London: William Heinemann Ltd., 1987, p. 48.

- Auxiliar os defensores da democracia a volta do mundo com vistas ao estabelecimento de democracias vibrantes em seus próprios países;
- Identificar e denunciar regimes que negam aos seus cidadãos o direito de escolher seus líderes em eleições livres, justas e transparentes.<sup>11</sup>

## 1.2. A evolução do conceito de democracia liberal

A idéia de democracia surgiu na Antiguidade. Como assinala o autor Robert Dahl, “foram os gregos – provavelmente os atenienses que cunharam o termo *demokratia*: *demos*, o povo, e *kratos*, governar”.<sup>12</sup> Os atenienses foram os primeiros a formular uma teoria ou filosofia da democracia e aplicá-la a seu sistema de vida e de governo. Basicamente esta filosofia garantia a livre expressão e liberdade de reunião para todos os cidadãos. Péricles definiu o sistema democrático da época da seguinte maneira: “Nosso Governo é chamado uma democracia por que sua administração está nas mãos não dos poucos, porém dos muitos [...] [t]odos nós participamos da tarefa de considerar e decidir a política pública [...]”.<sup>13</sup> Tal era a democracia direta, exercida por meio de assembleias que elegiam os funcionários da administração pública e tomavam as principais decisões de governo. O governo pelo *demos*, ou democracia, contrastava com as diversas formas de governo adotadas por outras cidades-estados da Grécia Antiga, basicamente a monarquia (governo de um soberano) e aristocracia (governo por elites).<sup>14</sup> Também refletia a preocupação constante dos atenienses com o temor à tirania.

O ideal da democracia direta, entretanto, parecia factível apenas para pequenas comunidades. Tão logo a população crescia e se espalhava territorialmente, menor era a efetividade da participação nas assembleias. Do ponto de vista teórico, Norman Barry assinala que o governo direto pelo povo encerrava uma contradição, pois “o ato de governar pressupõe governar sobre alguém ou sobre algum grupo e se todo o povo governa, sobre quem é que ele

<sup>11</sup> U.S. DEPARTMENT OF STATE. Disponível em: <<http://www.state.gov/g/drl/democ/>>. Acesso em: 17/05/2011.

<sup>12</sup> DAHL, Robert. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 21.

<sup>13</sup> EKIRCH JR, Arthur A. *A Democracia Americana: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1965, pp. 12.

<sup>14</sup> BARRY, Norman P. *An Introduction to Modern Political Theory*. London: Macmillan Education Ltd, 1987, p. 209.

governa?”.<sup>15</sup> Como observa Giovanni Sartori, hoje “[t]odas as nossas democracias são indiretas, isto é, são democracias representativas onde somos governados por representantes, não por nós mesmos”.<sup>16</sup> A diferença entre a democracia direta e a indireta é radical, uma vez que a primeira “permite a participação do povo no exercício direto do poder, ao passo que a democracia indireta consiste, em grande parte, num sistema de limitação e controle do poder”.<sup>17</sup> Ou seja, nas democracias da atualidade há uma separação nítida entre os governados (povo) e os governantes (representantes) e o sistema político é estabelecido de maneira a evitar abusos por parte dos governantes, por meio de instrumentos de limitação e controle.

Mais ou menos na mesma época em que surgiu em Atenas, uma forma de governo popular apareceu em Roma. Os romanos preferiram chamar o seu sistema político de república, ou *res publicus*, coisa pública ou negócios do povo em latim.<sup>18</sup> Cícero afirmava que a república existia para dar justiça ao povo e dele derivava sua autoridade.<sup>19</sup> Embora tenha durado mais tempo do que a democracia ateniense, a república romana enfrentou as mesmas dificuldades quando se viu confrontada com o aumento e a dispersão populacionais na medida em que Roma incorporava novos territórios aos seus domínios. Como assinala Robert Dahl, “[e]m muitos aspectos os romanos eram um povo criativo e pragmático, mais não inventaram ou adotaram uma solução que hoje nos parece óbvia: um sistema viável de governo representativo, com representantes eleitos democraticamente”.<sup>20</sup>

A democracia ateniense e a república romana, entretanto, padeciam de baixa representatividade popular. Na Grécia Antiga, o termo *demos* se referia a uma parcela da população, supostamente os pobres e numerosos. Não passou muito tempo até que os homens mais ricos da sociedade controlassem as assembléias. Por outro lado, importantes parcelas da população, notadamente as mulheres, os estrangeiros e os escravos (não cidadãos) estavam excluídos do direito de participar no governo. Na república romana esse direito esteve na maior parte do tempo restrito aos patrícios e aristocratas, com as mulheres obviamente excluídas. Já na Grécia Antiga, Platão havia alertado que “enquanto houvesse extremos de riqueza e pobreza não

---

<sup>15</sup> Ibid., 1987, p. 210. “[...] ruling implies ruling over someone of some group and if all the people rule, over whom is it that they rule?”.

<sup>16</sup> SARTORI, 2004, p. 37.

<sup>17</sup> Id., 2004, p.37.

<sup>18</sup> DAHL, 2001, p. 24.

<sup>19</sup> THACKRAH, 1987, p. 45.

<sup>20</sup> DAHL, 2001, p. 24.

poderia haver uma sociedade justa”.<sup>21</sup> Daqui o princípio básico da igualdade como o principal pilar da idéia de democracia que seria retomada por Rousseau séculos depois, como veremos a seguir. Entretanto, Platão era cético em relação à democracia tal como praticada em sua época e para ele não existia a possibilidade de um estado justo com governo no qual participassem todos os cidadãos.<sup>22</sup> Os conflitos entre as classes sociais, juntamente com as dificuldades inerentes à democracia direta já mencionadas, estiveram na raiz da decadência e queda da democracia ateniense e da república romana. Dahl observa que “as instituições políticas da Grécia, por mais inovadoras que tenham sido em sua época, foram ignoradas ou mesmo claramente rejeitadas durante o desenvolvimento da moderna democracia representativa”.<sup>23</sup> Os romanos, por sua vez, deixaram importante legado no campo do Direito, com seus conceitos de direitos civis, que em conjunto implicavam a noção de cidadania, à qual a idéia de república foi mais tarde associada durante a Revolução Americana.

As invasões bárbaras em Roma, e em outras cidades-estados, ocasionaram uma decadência política profunda e a Europa em geral mergulhou em período sombrio em relação aos conceitos de cidadania e direitos do povo. A concepção política da Era Medieval ficou marcada pela idéia de que “[o] mundo era uma criação divina; a obrigação do homem não era de controlá-lo, nem de refazê-lo”.<sup>24</sup> Houve, assim, uma lacuna de séculos em relação ao conceito de democracia. Para que novas idéias democráticas pudessem surgir, o homem precisaria se conceber de forma diferente e aspirar por novas funções políticas. Essas percepções começaram a se intensificar, principalmente na Inglaterra e na França, e depois repercutiram em outras regiões, pouco tempo depois da Reforma Protestante. A ruptura da Igreja Anglicana com a Igreja Católica foi precedida por um momento de inquietude ocasionada por rápidas mudanças econômicas, conflitos e constantes diásporas.

No século XVII, com o surgimento dos Estados-nação, Thomas Hobbes afirmou que o homem havia criado o Estado para satisfazer suas necessidades básicas em troca de maior segurança, para fugir de um estado de natureza onde a guerra era perpétua. O questionamento de

---

<sup>21</sup> THACKRAH, 1987, p. 44. “Plato maintained that as long as there were extremes of wealth and poverty there could be no just society”.

<sup>22</sup> THACKRAH, 1987, p. 44. “Plato excluded the possibility that the just state can exist in which all citizens participate”.

<sup>23</sup> DAHL, op. cit, pp. 22-23.

<sup>24</sup> THACKRAH, op. cit, p. 45. “The world was a divine creation; man’s obligation was neither to control it, nor to make it over”.

Hobbes ficou sendo se esse Estado seria governado por um, por alguns ou por todos.<sup>25</sup> Hobbes acreditava que a monarquia ainda era a melhor forma de governo. Já o filósofo John Locke, diferentemente de Hobbes, afirmou que o homem dotado da razão teria um desejo de formar um contrato social em que ele renunciaria seus direitos individuais pela garantia de vida, liberdade e propriedade. Locke discordava também da visão de Hobbes sobre a melhor forma de governo. Aceitando que monarquia era a forma vigente e que a oligarquia representava um governo em que os interesses de poucos prevaleciam sobre a maioria, Locke afirmou que a democracia seria, portanto, por meio de eleições populares, a forma de governo mais justa.<sup>26</sup> Locke acreditava que nenhuma forma de governo era definitiva, pois o homem teria a liberdade para mudar sua constituição ao longo do tempo.

Embora tivessem impacto importante nos meios intelectuais, influenciando o surgimento da tradição liberal, as idéias de Hobbes e Locke tiveram pouca influência efetiva na política da época e a monarquia continuou a prevalecer na maioria dos países da Europa. No entanto, diversos pensadores começaram a se interessar pela questão das instituições do Estado e seu poder sobre as massas. Os ideais liberais forneceram na Inglaterra, um argumento de defesa, da Revolução Gloriosa e, na França, forneceram um incentivo à comparação das instituições “livres” e constitucionais da Inglaterra com o governo despótico da Monarquia Bourbon. Por exemplo, Montesquieu, em sua principal obra, “O Espírito das Leis”<sup>27</sup>, chamou a atenção para as instituições livres e a separação dos três poderes, executivo, legislativo, e judiciário na Constituição Britânica, como forma de evitar abusos por parte de um desses poderes e garantir a transparência do sistema. O filósofo alemão Immanuel Kant, por sua vez, definiu a república como a forma mais pura de governo. Uma república seria a única maneira de garantir um governo representativo de todos os interesses envolvidos e dessa forma garantir as liberdades individuais. Assim, partindo do pressuposto de que haveria um governo representativo do povo, o governo republicano traria mais benefícios para a maior parte dos cidadãos. Kant argumentava ainda que em “um mundo formado por Estados constitucionais que se respeitem mutuamente, os quais chamou de ‘repúblicas’, poderia com o tempo alcançar a ‘paz perpétua’”.<sup>28</sup>

---

<sup>25</sup> Id., 1987, p. 45.

<sup>26</sup> THACKRAH, 1987, p. 45. “Democracy offers the only adequate solution for a just rule. Locke argues that the legislative power ought to be one in which delegates are controlled by popular election”.

<sup>27</sup> Ibid, 1987, p. 46.

<sup>28</sup> JACKSON & SORENSEN, 2007, p. 154.

No entanto, foi Rousseau quem de fato produziu o que podemos chamar de uma teoria moderna da democracia, utilizando o conceito de cidadania. Para ele, a cidadania implicava a percepção por parte dos indivíduos de que a defesa de seus interesses comuns criava fortes laços entre eles. A preocupação maior de Rousseau era a igualdade entre os homens, ecoando Platão, e suas idéias a respeito inspiraram movimentos radicais após a Revolução Francesa, como veremos a seguir. Sua visão geral da democracia, entretanto, era bastante cética; para ele a democracia não era uma forma específica de governo, pois mesmo nela o governo continuava sendo uma atividade de uma minoria, ainda que eleita. Observou que, nesse sentido, todos os governos são em princípio assemelhados e a democracia seria apenas “uma ‘fórmula política’ ou um ‘mito’ destinado a iludir as massas a pensarem que podem ter alguma influência sobre o governo”.<sup>29</sup>

A partir do final do Século XVIII, mais especificamente após a Independência Americana em 1776 e, sobretudo, após a Revolução Francesa de 1789, o debate sobre a democracia aumentou consideravelmente. No entanto, o foco já não estava voltado para as idéias democráticas da Antiguidade, mas sim para novas concepções baseadas nas idéias de Hobbes, Locke, Montesquieu e Rousseau. Como observa J.R. Thackrah, “[a] grandeza do experimento político americano ou os horrores da Revolução na França, dependendo do ponto de vista, eram os novos temas do discurso político”.<sup>30</sup> Como se sabe, na Revolução Francesa as correntes políticas mais radicais, representadas, sobretudo, pelos Jacobinos, tinham uma visão de transformação profunda da sociedade, inspirada em Rousseau, com vistas à instauração de uma democracia estritamente igualitária em todos os sentidos, inclusive no econômico. No entanto, os excessos e a violência que marcaram o período de predomínio político dessas correntes durante a Revolução, fizeram com que por muito tempo o termo democracia ficasse associado, na Europa, à idéia de uma forma de governo tirânica e violenta. Em vista disso, as lutas políticas do início do século XIX no continente reproduziram basicamente a mesma confrontação entre a monarquia absolutista e a monarquia constitucionalista de inspiração liberal que já se mostrava presente antes da Revolução Francesa.

O impacto da Revolução Americana foi mais significativo para o desenvolvimento do conceito moderno de democracia, além de ter sido positivo em contraste com a influência negativa da Revolução Francesa. Os Patriarcas da Independência Americana, dentre os quais se

---

<sup>29</sup> BARRY, 1987, p. 213.

<sup>30</sup> THACKRAH, 1987, p. 46. “The greatness of the American political experiment or the horrors of the Revolution in France, depending on the point of view taken, were the new subjects of major political discourse”.

destaca Thomas Jefferson, que viria a ser o terceiro Presidente norte-americano, tinham visões variadas sobre o significado de democracia, mas, no geral, opunham-se ao absolutismo ainda prevalente na Europa e inspiravam-se no ideário liberal, tendo pouco em comum com o pensamento igualitário de Rousseau. Sua preocupação central era com a idéia de liberdade, que se manifestava no exercício de direitos civis garantidos e, na esfera econômica, na livre iniciativa e empreendimento. Ou seja, seu pensamento era essencialmente alinhado com os ideais do Liberalismo.

A reivindicação dos colonos americanos originalmente não era a independência, embora muitos deles tivessem emigrado para a América por opor-se às formas tradicionais de governo prevalentes na Europa, mas sim a defesa de seus interesses que percebiam não estarem representados no Parlamento inglês. Na Inglaterra, a representação era tradicionalmente por grupos de interesses; a representação pessoal ou individual era um conceito desconhecido.<sup>31</sup> Os americanos, entretanto, não elegiam representantes no Parlamento e, com isso, ganhou força entre eles a idéia de que um cidadão só poderia ser governado mediante seu consentimento próprio ou de um representante por ele eleito. A partir disso, consolidou-se a idéia de uma constituição com um conjunto de regras fundamentais que nem o governo nem as instituições legislativas poderiam modificar sem um procedimento que envolvesse todo o povo. A Independência Americana foi, assim, resultado da recusa do governo imperial britânico às demandas de representação parlamentar por parte dos colonos americanos.

Embora os ideais liberais fossem a principal fonte inspiradora dos revolucionários americanos, eles preferiram chamar seu sistema político de república e, mais tarde, democracia, geralmente acompanhada de algum adjetivo tal como “representativo” ou “madsoniano”<sup>32</sup>, evitando o termo “liberal”. A Constituição americana tornou-se o protótipo do constitucionalismo liberal que influenciou muitos pensadores europeus. A Carta de Direitos, anexa à Constituição, listou as liberdades e direitos civis garantidos aos cidadãos norte-americanos, e a Declaração dos Direitos do Homem da Revolução Francesa basicamente a

---

<sup>31</sup> THACKRAH, 1987, p. 46.

<sup>32</sup> Referência a James Madison, o quarto Presidente dos Estados Unidos; foi um dos principais articuladores da Constituição Americana proclamada em 1787, que estabeleceu um sistema federativo, sob o comando de um Presidente, entre as antigas treze colônias britânicas; segundo J.R. Thackrah, ao defender a constituição, Madison buscava o estabelecimento de uma república não tirânica (“Madison in defending the constitution was keen to establish a non-tyrannical republic”. (THACKRAH, 1987, p. 46))

reproduziu.<sup>33</sup> O conceito dos direitos civis era acompanhado pelo conceito do contrato social, como base necessária de todo governo legítimo, caracterizado pelo consentimento dos governados, o que implicava a aceitação da doutrina da soberania popular.<sup>34</sup> Considerava-se que o governo republicano poderia manter um estado de direito, respeitando as liberdades individuais e a propriedade privada, assim como ganhar a confiança dos seus cidadãos, permitindo que eles participassem dos processos decisórios, de maneira a garantir que todos os interesses fossem debatidos publicamente e de maneira transparente. Como se pode ver, o sistema político americano era essencialmente liberal.

A partir do relato da viagem que fez aos Estados Unidos em 1831, Alexis de Tocqueville acabou tornando-se um dos teóricos que mais influenciou o desenvolvimento do conceito de democracia liberal naquele país, bem como a visão norte-americana de mundo e mesmo sua política externa. A democracia liberal passou a ser entendida como um valor universal, cuja aplicação seria possível em qualquer país e qualquer circunstância histórica. Tocqueville observou o forte patriotismo dos norte-americanos e ficou muito impressionado com a liberdade e estabilidade das instituições do país. Como defensor da liberdade de expressão e do direito de reunião para todos os cidadãos, Tocqueville disse ter encontrado nos Estados Unidos a verdadeira democracia. O país tinha instituições livres para garantir os direitos individuais e, portanto, a liberdade dos cidadãos e contava com um sistema representativo eficaz, baseado na igualdade de direitos políticos.<sup>35</sup>

Como europeu, Tocqueville inicialmente identificava o conceito de democracia intimamente ao pensamento de Rousseau e ao ideal de igualdade, atribuindo-lhe uma conotação negativa e afirmando haver uma contradição entre a democracia e o Liberalismo. Contudo, ao observar que nos Estados Unidos o conceito de igualdade não correspondia ao ideal de igualdade estrita em todos os sentidos que predominava na Europa, e sim a uma concepção de igualdade política, no sentido de que todos teriam direitos iguais e, em particular, ninguém teria seu direito de participação política negado, Tocqueville passou a buscar fórmulas que reconcilhassem os

---

<sup>33</sup> A Carta de Direitos é formada pelas dez primeiras Emendas à Constituição dos Estados Unidos da América; foi redigida pelo Congresso norte-americano em 1789 e ratificada pelos estados em 15 de dezembro de 1791. O Artigo 1 dispõe que: “[o] Congresso não legislará no sentido de estabelecer uma religião, ou proibindo o livre exercício dos cultos; ou cerceando a liberdade de palavra, ou de imprensa, ou o direito do povo de se reunir pacificamente, e de dirigir ao Governo petições para a reparação de seus agravos.”

<sup>34</sup> EKIRCH JR, 1965, p. 42.

<sup>35</sup> VÉLAZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *A Democracia Liberal segundo Alexis de Toqueville*. São Paulo: Editora Mandarin, 1998, p. 83.



ideais liberais com o conceito de democracia na sua forma mais moderada. Essa aparente mudança refletia os acontecimentos políticos na Europa. Na medida em que as idéias liberais conheciam avanços políticos no continente, com as reformas no Parlamento na Inglaterra e a monarquia constitucional a partir de 1830 na França, os recém surgidos ideais socialistas avançavam.

No ciclo de levantes e revoltas de 1848, democracia e liberalismo já não eram mais inimigos e a dicotomia passou a ser entre democracia e socialismo. Tocqueville disse: “A democracia e o socialismo estão ligados por uma palavra apenas, igualdade; mas devemos mostrar a diferença: a democracia deseja a igualdade na liberdade, ao passo que o socialismo deseja a igualdade na pobreza e na escravidão”.<sup>36</sup> A essa altura Tocqueville havia abandonado “o significado clássico ou pré-liberal no tema democracia e lhe deu um significado novo, o significado moderno: a democracia de Tocqueville era agora a democracia liberal”.<sup>37</sup> A partir da segunda metade do século XIX em diante, os ideais liberais e democráticos terminaram por fundir-se, enquanto as correntes democráticas mais radicais, que defendiam o igualitarismo estrito, uniam-se aos socialistas. Nos Estados Unidos o adjetivo “liberal” passou a ser usado em preferência a outros que o haviam precedido na qualificação da palavra “democracia”, ou ainda, a palavra “democracia” passou a ser entendida como significando democracia nos moldes liberais. Como observa Noberto Bobbio, “os ideais liberais e o método democrático gradualmente se entrelaçaram de tal maneira que, se é verdade que os direitos de liberdade foram desde o início a condição necessária para correta aplicação das regras do jogo democrático, também é verdade que sucessivamente o desenvolvimento da democracia tornou-se o principal instrumento da defesa dos direitos de liberdade”.<sup>38</sup>

O uso moderno da palavra “democracia” como sinônimo de democracia liberal, entretanto, oculta o importante fato de que foram os ideais liberais que prevaleceram sobre o conceito clássico de democracia, com o ideal de igualdade limitado à igualdade no sentido de poder exercer direitos civis e de poder participar ou ser representado no governo. Passou a ser predominante a concepção de que a liberdade, entendida como o livre exercício de direitos civis, era o fim, enquanto a democracia seria o meio para a consecução desse fim. A dicotomia entre o

---

<sup>36</sup> SARTORI, 1994, p. 152.

<sup>37</sup> Ibid., 1994, pp. 152-153.

<sup>38</sup> BOBBIO, Noberto. Trad. José F. Fernández Santillán. *Liberalismo y Democracia*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1989, p. 48.

fato de que o governo era uma atividade minoritária e a expressão da vontade da maioria ficava superada, na medida em que se garantisse que haveria instituições representativas eleitas livremente com voto igualitário. O governo assim refletiria a vontade da maioria e, portanto, teria *legitimidade*. No entanto, a idéia de legitimidade incluía o respeito à minoria, representada minoritariamente nas instituições políticas eleitas. Em seu discurso de posse, em 1800, como Presidente dos Estados Unidos, Thomas Jefferson declarou sua posição em relação aos princípios democráticos que deveriam ser respeitados pelo povo norte-americano e chamou a atenção para o fato de que “embora a vontade da maioria devesse prevalecer em todos os casos, essa vontade, para ser legítima deve ser razoável; que a minoria possui direitos iguais, que uma lei igual deve proteger, e que violá-los seria opressão”.<sup>39</sup>

Dos tempos de Tocqueville e dos revolucionários americanos até os dias de hoje, o conceito de democracia, entendido como democracia liberal, continuou se desenvolvendo, refletindo as mudanças econômicas, sociais e culturais, bem como a experiência histórica, marcada pela confrontação com os sistemas totalitários do Século XX. Na atualidade, o conjunto de características básicas da democracia pode, de acordo com Robert Dahl, ser resumido como segue<sup>40</sup>:

- Controle das decisões do governo; garantido por instituições formadas por funcionários eleitos livremente com mandatos limitados temporalmente;
- Realização de eleições livres, justas e freqüentes; livres e justas no sentido de que todos os cidadãos têm direito igual de voto e podem exercê-lo sem medo de repressão ou coerção; freqüentes para permitir controle efetivo sobre as ações dos funcionários eleitos;
- Liberdade de expressão; entendida como o direito de todos os cidadãos de expressar livremente suas opiniões políticas sem medo de punições ou perseguições, “incluindo a crítica aos funcionários [eleitos], ao governo, ao sistema político, à ordem socioeconômica e à ideologia dominante na sociedade”;
- Liberdade de informação; entendida como a disponibilidade de fontes de informações diversificadas e independentes; está relacionada à liberdade de expressão e destina-se a permitir aos cidadãos uma compreensão esclarecida das questões políticas de sua sociedade;

---

<sup>39</sup> EKRICH JR, 1965, p. 78.

<sup>40</sup> DAHL, 2001, pp. 99-100.

- Liberdade de associação; aos cidadãos é garantido o direito de formar associações ou organizações independentes do governo eleito para a defesa e promoção de seus interesses; entre essas entidades estariam os partidos políticos e as eleições só podem ser consideradas livres se a nenhum destes é negado o direito de concorrência;
- Cidadania inclusiva; entendida como a idéia de que a nenhum cidadão podem ser negados os direitos civis, em particular o direito de participação no sistema político por meio do voto.

Como vimos anteriormente, o fato do Liberalismo ter prevalecido significou que a ênfase passou a estar na liberdade, ou seja, no exercício de direitos civis, e o ideal de igualdade ficou restrito a igualdade no sentido político. Isso obscureceu o fato de que persistem desigualdades no sistema econômico no qual a democracia liberal se desenvolveu. Assim, na prática, uns teriam “mais” liberdades que outros. Historicamente, o desenvolvimento do conceito de democracia liberal e de uma cultura democrática foi associado por seus idealizadores ao que se poderia chamar de economia de mercado ou capitalismo. Mais especificamente acreditava-se que uma condição favorável às instituições democráticas seria uma economia de mercado, em que as empresas fossem principalmente de propriedade privada e não estatal, ou seja, uma economia capitalista, não socialista. Entretanto, a associação entre democracia e capitalismo, como vimos acima, abriga o paradoxo de que as persistentes desigualdades econômicas podem afetar, na prática, as igualdades políticas. Como assinala Dahl, “a economia do capitalismo de mercado, inevitavelmente, gera desigualdades nos recursos políticos a que os diferentes cidadãos têm acesso”.<sup>41</sup> Conseqüentemente, há uma tensão permanente entre democracia e a economia de mercado capitalista. Esse fenômeno é mais visível nos dias de hoje na América Latina, como demonstram experiências recentes na Venezuela, Bolívia e outros países.

Em vista da influência dos Estados Unidos, o conceito de democracia liberal espalhou-se internacionalmente, sobretudo na Europa Ocidental. Na América Latina, após um ciclo de ditaduras militares, desde meados dos anos 1980, também tem sido adotado. Países asiáticos como o Japão e a Índia também aderiram a essa concepção, que vem se disseminando por todo o mundo. Os organismos internacionais, em particular as Nações Unidas (ONU), apesar de serem integrados por representantes de vários países, contribuem bastante para a promoção da

---

<sup>41</sup> DAHL, 2001, p. 175.

democracia liberal nos moldes que os Estados Unidos defendem.<sup>42</sup> Nos meios acadêmicos mais influentes do mundo, em sua maior parte localizados na Europa e na América do Norte, também se observa uma concepção hegemônica sobre o que seria a democracia (“democracia liberal”). Autores como Robert Dahl, entre outros, contribuem muito para a disseminação, cada vez mais poderosa, dos valores culturais e filosóficos do liberalismo, fortalecendo o consenso acadêmico de que certos princípios seriam “irrefutáveis” e deveriam ser respeitados para que um sistema político seja reconhecido como democrático, o que implicaria a observância dos seis pontos enumerados por Dahl mencionados acima. Entre essas regras seriam cruciais a realização de eleições livres, periódicas e multipartidárias e a liberdade de expressão. Vale notar ainda que, ao disseminar-se internacionalmente, a democracia liberal foi aplicada em diferentes sistemas políticos e formas de Estado e de governo, monarquias ou repúblicas e, entre estas, parlamentarismo ou presidencialismo.

Como veremos no segundo capítulo, a Revolução Cubana representou uma ruptura com o sistema político de democracia liberal apresentado acima.

---

<sup>42</sup> Um exemplo é o relatório “Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos”, preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); tradução Mônica Hirst. Santana do Parnaíba, SP: LM&X, 2004, p. 56. “O que importa é colocar em evidência que a análise do grau de realização de cada um desses elementos é irrefutável no momento de avaliar o grau de desenvolvimento de uma democracia. A democracia inclui, como um de seus elementos centrais, uma livre delegação da soberania popular em um governo, para executar a opção majoritária da cidadania.”

## **CAPÍTULO II**

### **A REVOLUÇÃO CUBANA E UMA VISÃO ALTERNATIVA DE DEMOCRACIA**

Este capítulo apresenta o contexto histórico em que surgiu e se desenvolveu a Revolução Cubana, que constitui um desses fatos históricos singulares cujas repercussões transcendem o país no qual ocorreram. Sua influência como exemplo histórico e referência ideológica é notória em toda América Latina e tem reflexos em todo mundo. Tal circunstância, inclusive, confere hoje a Cuba uma projeção internacional muito além daquela que um país pequeno, pouco populoso e relativamente pobre poderia alcançar.

A Revolução Cubana de 1959 representou uma ruptura com os paradigmas políticos e econômicos que então prevaleciam e até hoje predominam na América Latina. Sem dúvida, a ruptura mais importante foi a adoção de um modo de produção alternativo, com a abolição do sistema capitalista e sua substituição por uma ordem socialista. No que tange ao objetivo deste trabalho, o aspecto relevante a ser analisado é a adoção de um sistema político alternativo e o conseqüente questionamento da concepção hegemônica, ou democracia liberal, apresentado no capítulo anterior. O sistema político cubano desenvolveu-se dentro do contexto histórico da Revolução, tanto no plano nacional quanto internacional, tendo sido fortemente influenciado pela circunstância da aliança entre Cuba e a União Soviética. O capítulo descreve a gênese e o desenvolvimento do sistema político cubano e seus fundamentos teóricos e filosóficos.

No plano internacional, a Revolução Cubana foi vista por muitos não só como uma ruptura com o ideal democrático, mas também como a implantação de um regime totalitário e ditatorial, de cunho comunista. Particularmente nos Estados Unidos essa visão se consolidou, em grande parte em resultado da influência da comunidade emigrada cubana em Miami, que no início dos anos 1960 aumentou com a chegada de simpatizantes do regime deposto por Fidel Castro e outras pessoas que discordavam dos rumos políticos que a Revolução estava tomando.

A Revolução está também inserida no contexto de um processo histórico contínuo de luta pela reafirmação da identidade nacional cubana, iniciada nas guerras de independência no Século XIX. Representa ainda um ponto de inflexão de uma história marcada por episódios de violência, desde a sangrenta ocupação colonial pelos espanhóis até a sucessão de regimes

repressivos e brutais golpes de estado do Século XX.<sup>43</sup> Sobre este último ponto, assinala o historiador britânico, Richard Gott, “a realização inegável da Revolução foi trazer segurança interna e tranqüilidade para a ilha pela primeira vez em sua história, ainda que tenha custado um alto preço”.<sup>44</sup> A questão da identidade nacional e a sensação de maior segurança relativa constituem os principais fatores que ajudam a entender a resistência e a sustentabilidade da Revolução durante os últimos 52 anos.

## 2.1 O contexto histórico da Revolução Cubana<sup>45</sup>

Como visto, a violência foi sempre uma característica da história cubana desde seu início. Na ocupação colonial pelos espanhóis, a exemplo do verificado em outros países da América Latina, inclusive o Brasil, registraram-se matanças da população indígena e rebeliões de escravos. Nos Séculos XVI e XVII, quando o ouro das Américas passou a ser transportado em grandes quantidades para a Espanha, o porto de Havana passou a ser o ponto de reunião de galeões que seguiam escoltados para a Europa. Porém, isto atraiu intensa atividade de piratas e corsários, com saques e ataques contra populações costeiras. O país também conheceu ataques externos, com a Grã-Bretanha ocupando várias vezes cidades cubanas, inclusive Havana.

Ao longo do século XIX, a confrontação racial e as guerras de independência constituíram os principais fatores de violência, entrelaçando-se entre si. Já desde o final do século XVIII o açúcar tornou-se a base da economia colonial cubana, acarretando o aumento do tráfico de escravos para trabalhos nas plantações e o conseqüente crescimento da população

---

<sup>43</sup> GOTT, Richard. Tradução por Renato Aguiar. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006, pp. 17-22. “Ao longo dos vários séculos de domínio espanhol até 1898, a população de Cuba era dividida por raça, classe e origem étnica, e a história do país caracterizava-se pela violência endêmica. [...] Conquista, resistência, pirataria, rebeliões escravas, invasões de saqueadores, guerras frustradas de independência e revoluções abortadas sucederam-se com um espaço entre si que mal dava para respirar. [...] Os diferentes povos de Cuba – indígenas, espanhóis, africanos e chineses – tiveram uma história longa e sempre violenta, largamente dominada por dois temas sempre presentes: a busca de segurança interna e a ameaça de ataque externo. [...] Rebelião interna e intervenção externa continuaram a caracterizar a história do país nas primeiras seis décadas do século XX.”

<sup>44</sup> Ibid., 2006, p. 22.

<sup>45</sup> O breve resumo da história de Cuba apresentada nesta seção está baseado, principalmente, na leitura dos livros: a) GOTT, Richard. Trad: Renato Aguiar. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2006; e b) MÁO JÚNIOR, José Rodrigues. *A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868-1963)*. São Paulo: Núcleo de Estudos d'O Capital - Ed. do Autor, 2007.

negra. Multiplicaram-se os levantes de escravos, aprofundando os temores dos grandes proprietários de terras brancos com a possibilidade de repetição dos massacres que haviam ocorrido pouco antes no Haiti. Esse fator explica porque inicialmente boa parte da população branca cubana, em particular os senhores de terra, mostraram-se reticentes às primeiras manifestações independentistas que se registraram já nas primeiras décadas do século XIX. Na mesma época surgiram correntes que defendiam a anexação da ilha pelos Estados Unidos, pois consideravam ser essa a melhor forma de resguardar seus interesses ao unir-se aos estados escravistas do sul daquele país. Tal atitude era favorecida pelo fato de que os Estados Unidos já haviam se tornado o maior parceiro comercial de Cuba e os próprios cubanos já tinham esse país como sua principal referência cultural e intelectual.

A Primeira Guerra de Independência foi liderada por proprietários de terra cubanos, prejudicados pela proibição da importação de escravos a partir de 1877 e “hostis ao fardo dos impostos espanhóis que tinham sido obrigados a suportar”.<sup>46</sup> Em vista da política de incentivo à imigração de brancos, o país havia retornado ao equilíbrio entre brancos e negros e, com isso, a Primeira Guerra de Independência acabou tendo um forte caráter racial. Do lado independentista estavam “um punhado resolutos de brancos proprietários de terras, apoiados por seus escravos negros e por negros livres; do outro os exércitos espanhóis apoiados por grupo de colonizadores brancos racistas, muitos deles recém imigrados da Espanha”.<sup>47</sup>

A guerra arrastou-se por dez anos (1868-1878) e conheceu “um horror crescente, até que os defensores da independência foram finalmente derrotados”.<sup>48</sup> Embora não tivesse atingido seus objetivos, o episódio consolidou a “tradição de resistência violenta contra a autoridade estabelecida”<sup>49</sup> que se manifestou repetidamente na história de Cuba. O fim da guerra, entretanto, não representou o fim da confrontação, pois os independentistas buscaram preparar-se no exílio para uma nova insurgência armada. Exilado em Nova York, José Martí “era um defensor apaixonado da independência e opositor determinado dos cubanos influentes que defendiam a separação da Espanha e a união com os Estados Unidos”.<sup>50</sup> Como ativista e teórico político,

---

<sup>46</sup> GOTT, 2006, pp. 91-92. O autor assinala ainda que “[r]ica em açúcar, Cuba substituirá o México como a galinha dos ovos de ouro da Espanha [...] os contribuintes cubanos haviam pago a sua parte para as expedições espanholas ao México em 1862 e a Santo Domingo entre 1863 e 1865, bem como para a guerra naval contra o Peru e o Chile em 1866 e para uma série de campanhas militares em curso na África.”

<sup>47</sup> Ibid., 2006, p. 90.

<sup>48</sup> Id., 2006, p. 90.

<sup>49</sup> GOTT, 2006, p. 90.

<sup>50</sup> Ibid., 2006, p. 103.

escritor, poeta, jornalista e bom orador, Martí destacou-se entre esses círculos, defendendo também a necessidade de harmonia racial. Para ele a identidade nacional cubana como uma sociedade multirracial era o valor mais importante a ser defendido por todos.

Em 1895, iniciou-se a Segunda Guerra de Independência de Cuba. O próprio José Martí envolveu-se nos combates e acabou sendo morto. Tal como havia ocorrido na guerra anterior as forças independentistas não conseguiram vencer as tropas coloniais espanholas e após três anos o conflito se arrastava em novo impasse.

Entretanto, o cenário internacional na época havia mudado de forma dramática. Os Estados Unidos estavam em franca ascensão econômica e política, mas ao contrário das potências européias, que na década anterior, haviam se lançado na corrida colonial, assegurando o controle de territórios na África e na Ásia, os norte-americanos só poderiam estabelecer um império colonial propriamente dito apoderando-se de territórios de outras potências coloniais. O Império Espanhol, enfraquecido por questões políticas e econômicas internas, parecia ser a presa ideal e os Estados Unidos acabaram intervindo militarmente nas Filipinas e em Cuba. Em apenas três semanas de combate, as forças norte-americanas derrotaram os espanhóis em Cuba.

O novo governo do país, em essência uma ditadura militar, era controlado pelos norte-americanos, mas incluía cubanos, todos brancos e muitos dos quais haviam vivido no exílio nos Estados Unidos. Um dos elementos mais importantes da transição era o estabelecimento de um novo sistema político, espelhado no modelo norte-americano. Quando se realizaram as primeiras eleições pós-coloniais em Cuba, em 1900, para as assembleias municipais e para a Assembléia Constituinte, os norte-americanos buscaram trabalhar em favor da vitória dos partidos associados ao pequeno, mas persistente setor da população cubana que apoiava a idéia da anexação aos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a penetração econômica dos Estados Unidos em Cuba se fortaleceu à medida em que muitos cidadãos norte-americanos adquiriram propriedades em Cuba de antigos colonizadores de origem espanhola que decidiram não permanecer no país e empresas norte-americanas intensificaram seus investimentos na ilha.

No entanto, o resultado das eleições foi amplamente favorável aos partidos independentistas e logo, os norte-americanos compreenderam que não haveria como evitar a independência. Iniciaram-se as negociações com vistas à transferência formal do poder político em Cuba a um governo independente, que se consumou em 1902. Antes disso, porém, os Estados Unidos impôs a Cuba a aceitação da chamada Emenda Platt. Concebida como forma de garantir



a proteção dos interesses norte-americanos em Cuba, a referida emenda previa, entre outros, o direito de intervenção militar dos Estados Unidos em Cuba, quando julgassem que aqueles interesses estivessem ameaçados e o estabelecimento de bases militares em território cubano.

Após a independência, veio uma sucessão de regimes autoritários, que regularmente faziam uso abusivo de métodos repressivos e perseguições a adversários políticos e eram objeto de violenta contestação. Tais regimes geralmente eram terminados por brutais golpes de estado, com execuções e vinganças. Somente durante um breve período entre 1940 a 1952, Cuba teve um sistema político baseado em normas constitucionais claras e com eleições regulares. Estas, entretanto, eram fortemente afetadas por fraudes e a corrupção administrativa era generalizada e notória. A ditadura de Fulgencio Batista, instaurada em 1952, retomou a tradição da “pseudo-república”, como escreveram os historiadores cubanos favoráveis à Revolução, tendo chegado ao poder por meio de um golpe de estado e reintroduzido a prática de perseguições e repressão política. Mais ainda, Batista dependia, cada vez mais, para sua sustentação no poder do apoio e financiamento da Máfia norte-americana que, desde os anos 1940, vinha crescentemente controlando os cassinos de Cuba e explorando a prostituição, atividade em franco crescimento tendo em vista a situação de pobreza que afetava grande parte da população do país.<sup>51</sup>

A oposição ao governo de Batista manifestou-se desde seu início. Um pouco menos de um ano e meio após o golpe que o levou ao poder, registrou-se em 1953 o episódio do Assalto ao Quartel de Moncada<sup>52</sup>, que marca o início da chamada Guerra Revolucionária. O fracasso inicial não impediu a continuação da guerra, retomada em 1956 com o desembarque do grupo de combatentes que constituiria o núcleo da guerrilha de Sierra Maestra. A presença de comunistas no Movimento Revolucionário 26 de Julho, a ampla frente sob o comando de Fidel Castro que reunia as forças que lutavam contra o regime de Batista, despertou inquietação no governo dos

<sup>51</sup> LEZCANO PÉREZ, Jorge. *El Sistema Político de Cuba*. La Habana: Ediciones Poder Popular, 2004, pp. 17-22.

<sup>52</sup> O assalto ao Quartel Moncada, realizado em 26 de julho de 1953, sob a liderança de Fidel Castro, marca o início da chamada Guerra Revolucionária. Destinava-se a “tomar armas do arsenal, mas seu propósito era derrubar o governo Batista” (GOTT, 2006, p. 171). Diante da severa repressão instaurada pela ditadura de Fulgencio Batista, Fidel Castro havia se convencido de que “a relação política com Batista já não era possível, a ditadura obrigava seu deslocamento para o terreno militar” (ALTMANN, Werner. *México e Cuba: revolução, nacionalismo, política externa*. São Leopoldo: Unisinos, 2001. p. 45. APUD. MÁO JÚNIOR, José Rodrigues. *A Revolução Cubana e Questão Nacional (1868-1963)*. São Paulo: Núcleo de Estudos d'O Capital - Ed. do Autor, 2007.). O ataque, entretanto, fracassou. Fidel Castro, seu irmão Raúl e outros líderes revolucionários foram presos. Como advogado, Fidel Castro preparou sua própria defesa, que posteriormente foi compilada na obra “La História me Absolverá”, na qual buscava justificar a ação militar e expunha os objetivos do movimento revolucionário. Este, inclusive, adotou depois o nome Movimento Revolucionário 26 de Julho. Beneficiados por uma anistia em 1955, Fidel Castro e seus comandados partiram para o exílio no México, onde constituíram o núcleo inicial da Guerrilha que depois se instalaria em Sierra Maestra.

Estados Unidos, justificada pelo ambiente da Guerra Fria. O apoio estadunidense não foi suficiente, entretanto, para impedir a derrocada da tirania que havia perdido totalmente qualquer expressão de apoio popular ou legitimidade.

Em 1959, triunfa a Revolução Cubana. Tendo contrariado fortes interesses econômicos, não só da oligarquia cubana, mas também de cidadãos e empresas norte-americanas, a Revolução Cubana atraiu a quase imediata hostilidade dos Estados Unidos. Gott assinala que “[d]evido à história conflituosa das relações Estados Unidos- Cuba desde 1898, nenhum governo radical ou nacionalista poderia ter chegado ao poder em Havana sem causar preocupação em Washington [...] [d]e modo semelhante nenhum governo radical cubano, digno deste nome, poderia ter ilusões sobre a sua futura relação com os Estados Unidos ”.<sup>53</sup> A reforma agrária promovida por Fidel Castro foi o ponto crítico no relacionamento entre os dois países em vista da nacionalização de propriedades pertencentes a cidadãos ou empresas norte-americanas.<sup>54</sup> Já em junho de 1959, o Conselho de Segurança dos Estados Unidos discutia a derrubada do governo revolucionário cubano e sua substituição por outro mais favorável aos seus interesses. Inicialmente, portanto, a hostilidade do governo norte-americano e dos emigrados cubanos refugiados em Miami decorria fundamentalmente de seus interesses econômicos contrariados. Posteriormente, diante da aproximação de Cuba com a União Soviética a hostilidade do governo norte-americano passou a incluir elementos claramente políticos, no contexto da confrontação bipolar da época. Em 1961, os Estados Unidos impuseram um bloqueio econômico a Cuba, que perdura até hoje, e no ano seguinte promoveram a suspensão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Enquanto a hostilidade dos Estados Unidos crescia, o alinhamento de Cuba com a União Soviética se fortalecia. Os governos cubanos do pós-guerra haviam se alinhado à posição anticomunista dos Estados Unidos desde o começo da Guerra Fria, tal como outros países latino-americanos. A União Soviética, que havia estabelecido sua primeira embaixada em Havana em 1943, ainda durante a Segunda Guerra Mundial, acabou rompendo relações diplomáticas com Cuba em 1952, depois do golpe de estado que levara Fulgencio Batista ao poder. Após a Revolução, as relações diplomáticas entre os dois países foram reatadas. Levando em

---

<sup>53</sup> GOTT, 2006, p. 206.

<sup>54</sup> ZALDÍVAR DIÉGUEZ, Andrés. *Bloqueo: El asedio económico más prolongado de la Historia*. La Habana: Editorial Capitán San Luís, 2003. p. 45. “La Ley de Reforma Agraria afectaba fundamentalmente a grandes propietarios nacionales y extranjeros que poseían latifundios de hasta 150 mil hectarias de tierra, explotadas extensivamente o no cultivadas en absoluto”.

consideração seus interesses estratégicos na confrontação com os Estados Unidos, os soviéticos passaram a prestar apoio decisivo a Cuba, adquirindo as quotas de açúcar cuja importação para os Estados Unidos havia sido suspensa diante do anúncio da reforma agrária e concedendo créditos para a aquisição de máquinas e equipamentos.

O Movimento Revolucionário 26 de Julho, que havia saído vitorioso na Guerra Revolucionária contra o regime de Fulgencio Batista, tinha sua inspiração ideológica na filosofia humanista de José Martí e preocupações práticas com os aspectos mais gritantes das desigualdades da sociedade cubana. Sua motivação política inicial nada tinha a ver com o ideal revolucionário de derrubada do capitalismo em prol do socialismo. Fidel Castro nunca fora um comunista tradicional e, na verdade, nada devia ao Partido Comunista Cubano (na época chamado Partido Socialista Popular – PSP), ao qual, entretanto, estavam ligados dois de seus principais comandantes, seu irmão Raúl Castro e Che Guevara. O partido também era apenas uma das várias forças integrantes da frente vitoriosa, sempre em minoria. Entretanto, a hostilidade dos Estados Unidos e a crescente aproximação com a União Soviética aumentou o peso político dos comunistas cubanos no governo revolucionário. A Revolução Cubana propunha-se a uma transformação profunda do país, buscando eliminar seus desequilíbrios sociais. Nas circunstâncias acima descritas, era inevitável que a influência dos ideais marxista-leninistas defendidos pelos comunistas e a aproximação com a União Soviética se fizessem sentir cada vez mais nas transformações que se produziam.

## **2.2 A gênese e o desenvolvimento do sistema político cubano**

Como já mencionado no início desse capítulo, a Revolução Cubana implicou a adoção de um sistema político em Cuba que representou uma ruptura com o consenso internacional sobre a democracia liberal e cujo progresso foi fortemente influenciado pelo alinhamento da ilha ao campo liderado pela União Soviética na Guerra Fria. Nessas circunstâncias, não é surpreendente que as características do sistema político cubano tenham incorporado elementos das chamadas democracias populares, que haviam sido adotadas por países da órbita soviética e pela China no pós-guerra.

Uma vez no poder, o Movimento Revolucionário 26 de Julho, não estava preparado para o governo, pois seus quadros eram basicamente guerrilheiros e ativistas políticos, muitos de origem camponesa e humilde. O êxodo em massa de profissionais qualificados, influenciados pela propaganda anticomunista da Guerra Fria, lançava um desafio para a gestão governamental, agravado pelas nacionalizações de empresas e setores econômicos inteiros. Nessas circunstâncias era natural que o Partido Comunista Cubano crescesse em importância, por ser a única agremiação política que contava com alguns quadros qualificados, e que suas idéias influenciassem decisivamente as medidas tomadas. A aproximação com a União Soviética e o recurso aos conselheiros e cooperantes soviéticos e de outros países da Europa do Leste aprofundaram essa tendência.

Nos primeiros anos da Revolução houve muitos debates sobre o curso a seguir, com vários importantes líderes defendendo a busca de soluções genuinamente cubanas e a rejeição de modelos importados de outros países do bloco socialista. Os mais radicais viam a transformação da sociedade como um processo profundo que deveria transformar até mesmo o comportamento humano. Che Guevara, por exemplo, afirma em sua principal obra, “O Socialismo e o Homem em Cuba” que: “[p]ara construir o comunismo simultaneamente com a base material é necessário fazer o homem novo”.<sup>55</sup> Entretanto, a crescente influência soviética acabou por impor em muitos aspectos a simples reprodução, em grande medida, de seus modelos político e, sobretudo, econômico.

Embora o governo revolucionário já tivesse promovido a reforma agrária, desapropriando latifúndios, e nacionalizado diversas empresas, sobretudo de capital estrangeiro, Fidel Castro só assumiu publicamente o “caráter socialista” da Revolução Cubana em 1961, dois anos após sua chegada ao poder. É certo que já na Primeira Declaração de Havana, discurso proferido em setembro de 1960, que delineia as orientações básicas políticas e econômicas da Revolução, Fidel Castro havia empregado linguagem que condenava o capitalismo, inclusive com uso de expressões de cunho marxista-leninista, e o imperialismo dos Estados Unidos e seus efeitos sobre a América Latina.<sup>56</sup> Já na Segunda Declaração de Havana, em fevereiro de 1962, Fidel utiliza

---

<sup>55</sup> CHE GUEVARA, Ernesto. *El Socialismo y el Hombre en Cuba*. In: *Introducción al Pensamiento Socialista: El Socialismo como Ética Revolucionaria y Teoría de la Rebelión*. Editado por Néstor Kohan. Bogotá: Ocean Press, 2007, p. 253.

<sup>56</sup> CASTRO, Fidel. *La Primera y Segunda Declaración de La Habana: manifiestos de lucha revolucionaria en las Américas aprobados por el pueblo de Cuba*. Editado por Mary-Alice Waters: Editora Pathfinder Press, 2007, p. 31.

linguajar assumidamente marxista e concentra seus ataques na confrontação entre Cuba e o imperialismo dos Estados Unidos no cenário da América Latina.<sup>57</sup> Nessas condições, ao longo dos anos 1960, a influência soviética foi se tornando cada vez mais forte, principalmente na esfera econômica.

Nos primeiros anos da Revolução, sob a ameaça constante de agressão externa, consumada em 1961 na invasão americana de Playa Girón (episódio conhecido fora de Cuba como Invasão da Baía dos Porcos) e elevada ao extremo na Crise dos Mísseis em 1962, Fidel Castro e os demais líderes revolucionários não se preocuparam muito com a institucionalização política do país. Governavam de maneira improvisada, como um governo *de facto* que, por ter comandado a frente vitoriosa na Guerra Revolucionária, alegava ter legitimidade popular.

No início dos anos 1970, porém, a liderança cubana sentiu que o país necessitava de uma moldura institucional, formalmente democrática, através da qual a vontade popular pudesse ser expressa e exercida. A reorganização econômica do país já estava consolidada nos moldes socialistas, reproduzindo em grande parte o modelo soviético. Cuba embarcou então na tarefa de elaborar uma nova constituição e desenvolver um sistema político que garantisse a participação popular no governo. Embora essas instituições refletissem as opções políticas, filosóficas e econômicas da Revolução, em particular o caráter socialista, como assinala Jorge Lezcano Pérez: “nosso modelo não é importado, é autenticamente nosso, independente, com raízes próprias”.<sup>58</sup> De fato, tanto a Constituição como o sistema político cubanos nunca foram cópias fiéis de seus correspondentes soviéticos e de outros países socialistas, incorporando sempre elementos específicos relacionados ao pensamento humanista de José Martí e da experiência histórica do país.

Após um amplo processo de consulta popular, a Constituição de Cuba foi aprovada, em fevereiro de 1976, por meio de referendo popular no qual votou a favor a maior parte da

---

“La Asamblea General del Pueblo de Cuba condena, en fin, la explotación del hombre por el hombre, y la explotación de los países subdesarrollados por el capital financiero imperialista.”.

<sup>57</sup> Ibid., 2007, p. 41. “La nueva sociedad basada sobre la propiedad privada sobre los medios de producción e en la libre competencia quedó así dividida en dos clases fundamentales: una poseedora de los medios de producción (...) otra desprovista de toda riqueza, poseedora solo de su fuerza de trabajo”; p. 43 – “El sistema capitalista de producción, una vez que hubo dado de sí todo lo que era capaz, se convirtió en un abismal obstáculo al progreso de la Humanidad”; “Cuba habla por los explotados de América; Estados Unidos por los explotadores.” (p. 54).

<sup>58</sup> LEZCANO PÉREZ, 2004, p. 26.

população.<sup>59</sup> Seu texto destaca logo no preâmbulo as referências ao ideário de José Martí, a luta pela independência e a defesa da identidade nacional cubana, e as idéias político-sociais de Marx, Engels e Lenin. É notória a ordem em que essas idéias aparecem, colocando as referências nacionais em primeiro plano, antes das referências ao marxismo-leninismo. A Constituição estabelece a ordem econômica e social do país, consagrando o caráter socialista de Cuba. Como não poderia deixar de ser nessas circunstâncias, a Constituição faz parte de uma concepção do Estado e de suas responsabilidades diferente da que prevalece nos países em que é praticada a democracia liberal, impondo-lhe estritas obrigações referentes, principalmente, a planejamento econômico, garantia de acesso ao trabalho, assistência de saúde e educação.<sup>60</sup> Como observa Gott, “[d]epois de anos de turbulência revolucionária, Cuba passou, então, a ser um Estado comunista bem estabelecido, bem organizado e bem armado”.<sup>61</sup>

O sistema político foi organizado em três níveis: municipal, provincial e nacional. A Constituição estabeleceu uma nova divisão político-administrativa do país, estruturada em 14 províncias, 169 municípios e um município de administração especial. Foram, então, constituídas as Assembléias Municipais do Poder Popular, as Assembléias Provinciais do Poder Popular e a Assembléia Nacional do Poder Popular, com funções legislativas de acordo com seu nível. As assembléias municipais e provinciais elegem os membros que constituem os órgãos executivos da administração local. A Assembléia Nacional é o órgão supremo do poder do Estado.<sup>62</sup> Elege, dentre seus membros, o Conselho de Estado, que exerce funções da Assembléia nos intervalos entre suas sessões, detém a representação suprema do Estado cubano e tem entre as suas atribuições convocar as sessões da Assembléia Nacional, eleições e referendos.<sup>63</sup> O Conselho de Estado, por sua vez, elege o Conselho de Ministros, o órgão executivo do governo. O Conselho

---

<sup>59</sup> LEZCANO PÉREZ, 2004, p. 29. “Em 15 de fevereiro de 1976, realizou-se o referendo no qual votaram 98% dos eleitores, sendo que 97,7% destes votaram afirmativamente, com o que, mediante o voto livre, direto e secreto, e com respaldo majoritário da população foi aprovada a Constituição”.

<sup>60</sup> Duas importantes modificações na Constituição Cubana foram introduzidas em 1992 e em 2002. A primeira, entre outras medidas, criou as condições para a atração de investimentos estrangeiros como forma de combater a severa crise econômica que Cuba se viu submetida nos anos 1990 após o desaparecimento da União Soviética. A segunda é mencionada mais adiante no texto.

<sup>61</sup> GOTT, 2006, p. 277.

<sup>62</sup> CUBA. Constitución (1976). *Constitución de la República de Cuba*. La Habana: Ed. Política, 2006, Artículo 69. O Artigo acrescenta que a Assembléia Nacional “[r]epresenta y expresa la voluntad soberana de todo el pueblo”. O Artigo 70 estabelece que a Assembléia “es el único órgano con potestad constituyente y legislativa en la República”.

<sup>63</sup> Ibid., Artículos 89 y 90.

de Estado elege também seu Presidente, que preside igualmente o Conselho de Ministros e, como ocupante destes cargos, é o Chefe de Estado e o Chefe do Governo.<sup>64</sup>

As principais características do sistema político cubano e de seu correspondente sistema eleitoral podem ser resumidas da seguinte forma:

- O sistema político cubano não constitui uma estrutura isolada, sendo ao contrário um subsistema inserido numa totalidade social em contínua transformação desde 1959; é, portanto, um instrumento para a construção de uma sociedade de caráter socialista.<sup>65</sup>
- O sistema político cubano é composto de três elementos: organizações políticas (o Partido Comunista de Cuba, o único autorizado a funcionar no país, e a União de Jovens Comunistas), as organizações de massa, e as instituições do Estado;<sup>66</sup>
- O direito de voto é universal a todos os cidadãos maiores de 16 anos; o voto é livre, não obrigatório, igualitário e secreto; todos os cidadãos têm o direito de eleger e serem eleitos;<sup>67</sup>
- A indicação de candidatos é feita diretamente pelos eleitores em assembléias públicas em cada circunscrição eleitoral, núcleo base do sistema;<sup>68</sup>
- As campanhas eleitorais são feitas através das comissões eleitorais e geralmente realizadas por meio de debates públicos e a divulgação de breves currículos dos candidatos, além de campanhas de conteúdo ético, cívico e patriótico educativo para incentivar a participação no processo eleitoral; os candidatos estão proibidos de realizar atividades de campanha em seu favor;

---

<sup>64</sup> LEZCANO PÉREZ, 2004, p. 38.

<sup>65</sup> LÓPEZ GARCÍA, Delia Luisa. *A Guide for Understanding the Cuban Political System*. In: Cuba in the 21<sup>st</sup> Century: Realities and Perspectives. Coord. José Bell Lara e Richard A. Dello Buono. Havana: Instituto Cubano del Libro, Ed. José Martí, 2005, pp. 103-104 – “The system does not exist as an end in itself, but rather for bringing about a larger social transformation (...) it envisions the creation of a way of life oposed to the neo colonial *bourgeois* system that existed in Cuba prior to the Revolutionary triumph”.

<sup>66</sup> Ibid., 2005, p. 106.

<sup>67</sup> CUBA. Constitución (1976). *Constitución de la República de Cuba*. La Habana: Ed. Política, 2006, Artículos 131, 132 y 133. O Artigo 132 estabelece as exclusões do direito de voto: “a) los incapacitados mentales, previa declaración judicial de su incapacidad; b) los inhabilitados judicialmente por causa de delito”.

<sup>68</sup> TORRADO, Fabio Raimundo. *La crisis de los sistemas electorales: el caso de Cuba*. In: Una Ciencia Política desde el Sur. Coord. Thalía Fung. La Habana: Editorial Félix Varela, 2009, p. 137. “[...] cuando se trata de elegir a los delegados municipales [...] los residentes en las circunscripciones electorales se reúnen en asambleas abiertas para todos, que son convocadas al efecto por la Comisión Electoral correspondiente, y allí proponen e postulan a dichos delegados”.

- As candidaturas são apresentadas em forma de listas; os eleitores podem optar por votar em toda a lista ou em apenas alguns candidatos; para serem eleitos os candidatos devem obter pelo menos 50% dos votos dos eleitores de sua circunscrição;<sup>69</sup>
- Os eleitos têm o dever de prestar contas de sua atuação em suas circunscrições eleitorais e seus mandatos podem ser revogados pelas respectivas assembléias;
- Os mandatos para as diferentes assembléias podem ser acumulados e pelo menos 50% dos candidatos das assembléias provinciais e da Assembléia Nacional devem provir das assembléias municipais;<sup>70</sup>
- Os mandatos para as assembléias municipais têm dois anos e meio de duração; os das assembléias provinciais e da Assembléia Nacional são de cinco anos.
- Os delegados não são profissionais e não recebem salários fixos por sua atividade parlamentar; continuam atuando em suas profissões normais; envolvem-se com os trabalhos das comissões da Assembléia e participam de suas sessões.
- A iniciativa legislativa cabe aos deputados das assembléias do poder popular nos diferentes níveis, ao Conselho de Estado e ao Conselho de Ministros; além disso, têm também a prerrogativa da iniciativa legislativa o Tribunal Supremo Popular (órgão judicial máximo do país) e a Procuradoria Geral da República, nas matérias de sua competência; por fim, têm também poder de iniciativa legislativa o Comitê Nacional da Central de Trabalhadores de Cuba e as direções nacionais das organizações de massa; bem como os cidadãos, cujos projetos de lei devem ser apresentados com o apoio mínimo de dez mil eleitores.<sup>71</sup>

Como se pode notar, o sistema político cubano e seu correspondente sistema eleitoral guardam semelhanças em alguns aspectos com os sistemas políticos que aplicam os princípios da democracia liberal, tais como a descentralização administrativa nos níveis local, regional e nacional; a constituição de assembléias eleitas pelo voto popular; e até mesmo, no que se refere à possibilidade de iniciativa legislativa por um número mínimo de eleitores. Assemelha-se

---

<sup>69</sup> Lei Eleitoral da República de Cuba.

Disponível em: <[http://www.cubaminrex.cu/mirar\\_cuba/La\\_isla/ley\\_electoral.htm](http://www.cubaminrex.cu/mirar_cuba/La_isla/ley_electoral.htm)>. Acesso em: 20/05/2011.

<sup>70</sup> “A high percentage of delegates from local districts at the base are nominated as delegates to the Provincial Assemblies and as deputies of National Assembly, the latter of which is made up of 50% of local delegates. The remainder includes scientific experts, cultural personalities and distinguished workers, athletes or students, and administrators from key sectors of the national economy and social services, among others” (LÓPEZ GARCÍA, 2005, p. 111.).

<sup>71</sup> CUBA. Constitución (1976). *Constitución de la República de Cuba*. La Habana: Ed. Política, 2006, Artículo 88.



formalmente aos regimes parlamentaristas de representação distrital. Os membros do Conselho de Estado têm necessariamente que ser delegados da Assembléia Nacional. O mesmo não ocorre com os membros do Conselho de Ministros, embora muitos deles sejam delegados perante a Assembléia.

Um aspecto importante a ser notado é o fato de que o sistema político está estruturado com vistas ao cumprimento do objetivo maior da sociedade, ou seja, a construção do socialismo. O caráter socialista é afirmado logo no primeiro Artigo da Constituição que define Cuba como: “um Estado *socialista* de trabalhadores, independente e soberano, organizado com todos e para o bem de todos, como república unitária e democrática, para o desfrute da liberdade política, a justiça social, o bem estar individual e coletivo e a solidariedade humana”.<sup>72</sup> As relações de propriedade estão definidas no Artigo 14 e seguintes (Artigos 15 a 24). O Artigo 14 estabelece que em Cuba “rege o sistema de economia baseado na *propriedade socialista de todo o povo sobre os meios fundamentais de produção* e na *supressão da exploração do homem pelo homem* [...] [t]ambém rege o *principio da distribuição socialista* ‘de cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho’”.<sup>73</sup> Em 2002, quando o país ainda se recuperava da severa crise econômica dos anos 1990, provocada pelo desaparecimento da União Soviética, e diante do recrudescimento das medidas de bloqueio econômico por parte dos Estados Unidos<sup>74</sup>, foi introduzida uma modificação na Constituição Cubana, aprovada por referendo, que tornou irrevogável o caráter socialista do país.<sup>75</sup>

A principal diferença do sistema político cubano em relação aos dos países que adotam a democracia liberal é a questão do partido único. Como vimos no capítulo I, o pluripartidarismo é

---

<sup>72</sup> CUBA. Constitución (1976). *Constitución de la República de Cuba*. La Habana: Ed. Política, 2006, Artículo 1. “un Estado socialista de trabajadores, independiente y soberano, organizado con todos y para el bien de todos, como república unitaria y democrática, para el disfrute de la libertad política, la justicia social, el bien estar individual y colectivo y la solidaridad humana”

<sup>73</sup> CUBA. Constitución (1976). *Constitución de la República de Cuba*. La Habana: Ed. Política, 2006, Artículo 14. “rige el sistema de economía basado en la propiedad socialista de todo el pueblo sobre los medios fundamentales de producción y en la supresión de la explotación del hombre por el hombre [...] [t]ambién rige el principio de distribución socialista ‘de cada cual según su capacidad, a cada cual según su trabajo’”.

<sup>74</sup> As leis norte-americanas conhecidas, pelo nome dos autores de seus projetos, como Torricelli, de 1992, e Helms-Burton, de 1996, expandiram as medidas econômicas aplicadas contra Cuba desde 1961, conferindo-lhes um aspecto extraterritorial, isto é, uma empresa e um terceiro país poderia ser penalizada nos Estados Unidos se comerciassem com Cuba a partir de seu país de origem. Diante da difícil situação de crise econômica pela qual passava Cuba naquele momento, os autores daquelas leis esperavam que elas pudessem apressar a queda do governo revolucionário cubano. (LÓPEZ GARCIA, 2005, p. 109.)

<sup>75</sup> CUBA. Constitución (1976). *Constitución de la República de Cuba*. La Habana: Ed. Política, 2006, Artículo 3. “El socialismo y el sistema político y social revolucionario establecido en esta Constitución [...] es irrevocable, y Cuba no volverá jamás al capitalismo”.

uma das principais características que um sistema político deve conter para ser considerado democrático segundo o modelo apresentado anteriormente. Entretanto, a função do Partido no sistema político cubano não corresponde à de seus correspondentes em outros sistemas. A Constituição Cubana define em seu Artigo 5 que “[o] Partido Comunista de Cuba, *martiano e marxista-leninista, vanguarda organizada da nação cubana, é a força dirigente superior da sociedade e do Estado*, que organiza e orienta os esforços comuns aos altos fins da *construção do socialismo e o avanço para a sociedade comunista*”.<sup>76</sup> Ou seja, numa sociedade voltada para um objetivo político definido (construção do socialismo), a função do partido é liderar esse processo, em contraste com a função exercida pelos partidos em outros sistemas políticos, que, segundo assinala Fabio Raimundo Torrado: “Desde seus inícios e de forma ininterrupta até a nossa época, foi dito que a função principal dos partidos políticos tem sido e é a obtenção do poder”.<sup>77</sup> Em outras palavras, os partidos políticos buscam controlar os órgãos de governo para implementar suas visões políticas, enquanto no sistema cubano essa visão política está consagrada na própria Constituição, cabendo ao Partido zelar por sua implementação, “mediante a persuasão, o convencimento, a educação e estreita e permanente vinculação com as massas”.<sup>78</sup>

Além disso, a Lei Eleitoral Cubana<sup>79</sup> expressamente define que o Partido Comunista de Cuba não participa dos processos eleitorais, ou seja, não indica candidatos a cargos eletivos, nem realiza campanhas em seu favor. Embora seja certo que a maioria dos delegados das Assembléias do Poder Popular são ligados ao Partido (ou à União da Juventude Comunista), eles não atuam como uma bancada parlamentar em oposição aos demais delegados. Mais ainda, Lezcano Pérez afirma que: “[a] existência de apenas um partido no sistema político cubano foi determinada na verdade, mais por fatores históricos e contemporâneos que por concepção filosófica ou ideológica, que faz parte do corpo teórico do marxismo-leninismo, mas por que

<sup>76</sup> CUBA. Constitución (1976). *Constitución de la República de Cuba*. La Habana: Ed. Política, 2006, Artículo 5. “El Partido Comunista de Cuba, martiano y marxista-leninista, vanguardia organizada de la nación cubana, es la fuerza dirigente superior de la sociedad y del estado, que organiza y orienta los esfuerzos comunes hacia los altos fines de la construcción del socialismo y el avance hacia la sociedad comunista”.

<sup>77</sup> TORRADO, Fabio Raimundo. *La Crisis de los Sistemas Electorales del Mundo Capitalista*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009. pp. 65-66. “Desde sus mismos inicios, y de forma ininterrumpida hasta nuestra época, se ha dicho que la función principal de los partidos políticos ha sido y es la obtención del poder”.

<sup>78</sup> LEZCANO PÉREZ, 2004, p. 32.

<sup>79</sup> Lei Eleitoral da República de Cuba.

Disponível em: <[http://www.cubaminrex.cu/mirar\\_cuba/La\\_isla/ley\\_electoral.htm](http://www.cubaminrex.cu/mirar_cuba/La_isla/ley_electoral.htm)>. Acesso em: 20/05/2011.

consideramos ser possível unificá-la com a doutrina martiana, como uma bússola para guiar o povo cubano na construção da sociedade socialista”.<sup>80</sup>

Outra característica importante que difere o sistema político cubano daqueles onde a democracia liberal é praticada refere-se ao papel das associações de massa. Em outros sistemas, essas associações não participam da atividade legislativa ou executiva, enquanto no sistema cubano elas atuam como virtuais sócias do governo na implantação de políticas, operando em coordenação com as estruturas do Partido, da União de Jovens Comunistas e com os delegados das Assembléias do Poder Popular no processo de consultas populares para a tomada de decisões legislativas e executivas, bem como nas comissões eleitorais que elaboram as listas de candidatos às Assembléias. As organizações de massa reconhecidas pelo governo como participantes desse processo são:

- A Confederação dos Trabalhadores de Cuba – CTC; central sindical criada em 1939 que se associou ao Movimento Revolucionário 26 de Julho na luta contra a ditadura de Batista e cuja posição de destaque foi reforçada na época da aliança com a União Soviética, por conta do ideal marxista-leninista de controle político pela classe trabalhadora;
- Os Comitês de Defesa da Revolução – CDRs; criados em 1960 com o propósito explícito de defender o processo revolucionário e as mudanças sociais introduzidas; desempenham funções de assistência social (creches, ajuda aos idosos, etc) e também de vigilância, tanto em termos de segurança pública, como em termos de manutenção da ordem política;
- A Associação Nacional dos Pequenos Agricultores – ANAP; ANO, associação que reúne os pequenos produtores agrícolas privados, setor que se viu ampliado com a Reforma Agrária feita nos primeiros anos da Revolução;
- A Federação das Mulheres Cubanas – FMC; criada em 1960 para a defesa dos direitos da mulher;
- A Federação dos Estudantes Universitários – FEU; organização com longa história, fundada em 1922, que confrontou as diversas ditaduras e governos corruptos e apoiou a guerrilha de Sierra Maestra;

---

<sup>80</sup> LEZCANO PÉREZ, 2004, pp. 31-32.

- A Federação dos Estudantes do Ensino Médio – FEEM; criada em 1970 com o objetivo de mobilizar adolescentes para tarefas pertinentes a sua faixa etária em centros estudantis e artísticos.

Por fim, outros aspectos marcantes do sistema político cubano são o processo de prestação periódica de contas às bases eleitorais e a possibilidade dos eleitores de revogarem os mandatos dos eleitos.<sup>81</sup>

A participação popular no processo eleitoral cubano tem mostrado índices geralmente acima de 95% e a renovação de mandatos a cada eleição gira em torno de 50% das cadeiras.<sup>82</sup> No processo de tomada de decisões legislativas e executivas, realizadas por meio de consultas populares, também demonstram índices de participação bastante elevados, concretizando o que poderia efetivamente chamado de democracia participativa. López Garcia menciona quatro razões que explicariam essa participação popular no sistema político cubano: a) consciência de que o processo se baseia na distribuição equitativa de riqueza; b) novas formas de compreender e conduzir os processos políticos; c) processo sistemático de auto-educação para um novo modo de vida envolvendo valores alternativos (solidariedade versus individualismo, por exemplo); e d) demonstração de apoio de consenso em torno dos ideais defendidos pela Revolução.<sup>83</sup>

### **2.3 Os fundamentos teóricos e filosóficos do sistema político cubano**

Como vimos na seção anterior, a Constituição e o sistema político cubanos têm seu embasamento teórico e filosófico principalmente em duas fontes: o ideário do herói nacional José Martí e a filosofia e prática política do marxismo-leninismo. Embora José Martí seja a grande referência nacional e filosófica da nação cubana, ao examinar-se a Constituição e o sistema político cubanos nota-se que, afora as referências no preâmbulo da Constituição e ecos de seus ideais anti-imperialistas e de integração da América Latina e do Caribe, o caráter marxista-leninista prevalece.

José Martí nasceu em Havana em 1853, filho de espanhóis que haviam recentemente imigrado para Cuba. Seu pai atuava como funcionário público e sua família tinha um padrão de

---

<sup>81</sup> LÓPEZ GARCIA, 2005, p. 110.

<sup>82</sup> LESCANO PÉREZ, 2001, p 36.

<sup>83</sup> LÓPEZ GARCIA, op. cit., pp. 112-113.

vida modesto. Ao iniciar-se a Primeira Guerra de Independência, ao contrário de vários outros cubanos com origens semelhantes, Martí identificou-se com a causa independentista e, logo aos 16 anos, foi preso por distribuir panfletos nacionalistas em Havana. Condenado a seis anos de prisão teve sua pena comutada para desterro na Espanha, para onde partiu em 1871. Viveu a maior parte de sua vida no exílio. Depois da Espanha, onde entrou em contato com diversas idéias políticas e filosóficas que eram desconhecidas em Cuba, passou pelo México e pela Guatemala antes de fixar-se, a partir de 1881, em Nova York.<sup>84</sup> Como foi visto na seção anterior, Martí envolveu-se ali com as correntes independentistas exiladas e depois fundou o Partido Revolucionário Cubano (PRC), campeão da causa nacional cubana, do qual posteriormente o Movimento Revolucionário 26 de Julho e o atual Partido Comunista de Cuba reivindicaram serem herdeiros.

O pensamento filosófico de Martí é bastante amplo, mas para os efeitos do presente trabalho, merecem destaque seu ideal de “Nuestra América” e sua posição firmemente contrária ao que percebia como expansionismo imperialista dos Estados Unidos. Martí fez várias viagens a países da América Latina e do Caribe e observou que neles persistiam estruturas de propriedade herdadas do colonialismo, que se manifestava no predomínio econômico e político de grandes latifundiários, aliados aos militares e à Igreja Católica. Viu, assim, uma identidade de problemas sociais entre esses países e formulou a recomendação de sua integração como forma de superar suas dificuldades, sintetizada na expressão “Nuestra América”. Nesse processo, foi influenciado também pelos ideais integracionistas de Simón Bolívar. Por outro lado, Martí via o nascente imperialismo norte-americano como uma ameaça à efetiva emancipação dos povos de sua “Nuestra América” e pregava a união para combatê-lo. Martí também se mostrou bastante crítico em relação às injustiças e desigualdades sociais nos Estados Unidos, que havia observado em seu exílio em Nova York. Criticava também o discurso político dos Estados Unidos, que se apresentavam como a pátria da liberdade, mas que, segundo Martí, essa liberdade era “egoísta e injusta, sobre os ombros de uma raça escrava”.<sup>85</sup>

Talvez a principal influência de José Martí na redação da Constituição Cubana e na conformação do sistema político cubano tenha sido no fato de tratar-se de produtos genuinamente nacionais. A preocupação política maior de Martí era de que as elites latino-

---

<sup>84</sup> GOTT, 2004, pp. 103-108.

<sup>85</sup> MÁO JÚNIOR, 2007, p. 100.

americanas eram demasiadamente influenciadas pelos modelos europeus e norte-americanos de desenvolvimento, o que as impedia de interpretar corretamente a realidade de seus países. Ele sustentava “[o] bom governante na América não é o que sabe como se pode governar o alemão ou o francês, mas o que sabe de que elementos é feito o seu país [...] [o] espírito do governo há de ser o do país”.<sup>86</sup>

Embora José Martí não desconhecesse totalmente a obra de Karl Marx, certamente não estava bem familiarizado com as teorias do filósofo alemão e em seus escritos não há referências a ele. Por ocasião da morte de Marx, Martí publicou uma carta em que manifesta admiração e o elogia por ter “se colocado do lado dos fracos”.<sup>87</sup> Os ativistas ligados ao Partido Revolucionário Cubano não eram socialistas e o próprio José Martí jamais expressou publicamente defender essa doutrina, a despeito de suas preocupações com as desigualdades sociais. Ao contrário, sobre o socialismo em Cuba, Martí chegou a dizer que “não via possibilidade alguma para que este rendesse frutos aqui”.<sup>88</sup> Mais ainda mostrava-se cético em relação à interpretação marxista de luta de classes e da prática revolucionária baseada nesta interpretação como uma forma de melhorar a situação das camadas mais pobres. Não obstante, mesmo sem assumir a teoria do socialismo como parte de sua visão política, Martí aos poucos incorporou a seu pensamento diversos elementos defendidos pelos socialistas europeus, em particular, quanto à questão da repartição da riqueza.

Como se pode notar, o ideário de Martí guarda grandes semelhanças com o pensamento marxista-leninista e a fusão entre as duas correntes filosóficas dotou o primeiro Partido Comunista de Cuba, fundado em 1925, de uma ideologia singular que combinava a doutrina de liberação social de Marx e Lênin com uma doutrina de liberação nacional, com as concepções anti-imperialistas de Martí e de Lênin fundindo-se de maneira quase natural.<sup>89</sup> Como vimos na seção anterior, à ascensão política dos comunistas nos primeiros anos da Revolução Cubana fez com que a fusão de Martí com Marx e Lênin se tornasse o discurso político oficial de Cuba, não sendo assim surpresa que isso se refletisse na redação da Constituição e na conformação do sistema político cubano. A influência dos ideais marxistas-leninistas, vai além das menções explícitas na Constituição e se revela também no objetivo estabelecido de construção do

---

<sup>86</sup> LEZCANO PÉREZ, 2004, p. 27.

<sup>87</sup> RIVAS TOLL, Elena. *Pensamiento Filosófico de José Martí*. La Habana: Instituto Cubano Del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2008, p. 65.

<sup>88</sup> Id., 2008, p. 65.

<sup>89</sup> MÁO JÚNIOR, 2007, pp. 221-224.

socialismo (e “avanço em direção à sociedade comunista”<sup>90</sup>), na questão do partido único e na organização econômica do país, baseada na propriedade socialista sobre os meios fundamentais de produção.

A democracia nunca foi um tema central na análise de Marx e aparece em toda sua obra sempre subordinada à idéia principal do materialismo histórico de que o sistema capitalista seria derrubado e substituído por um regime socialista, de natureza transitória, que deveria levar ao comunismo, a sociedade sem distinção de classes na qual prevaleceria a plena equidade social, considerado a etapa mais elevada a ser atingida.<sup>91</sup> Para ele, portanto, somente a sociedade socialista poderia proporcionar a verdadeira democracia à maioria da população, ou seja, a classe explorada sob o sistema capitalista. No Manifesto Comunista, Marx assinala: “[t]odos os movimentos [políticos] foram, até hoje, realizados por minorias ou no interesse de minorias [...] [o] movimento proletário é um movimento auto-consciente da imensa maioria no interesse da imensa maioria”<sup>92</sup> e acrescenta “o primeiro passo na revolução da classe trabalhadora é elevar o proletariado a posição de classe dominante para vencer a batalha da democracia”.<sup>93</sup>

Na época de Marx os socialistas em geral acreditavam que a derrubada do sistema capitalista se daria (ou deveria dar-se) por meio de uma revolução radical e violenta e consideravam a democracia burguesa como um engano das massas para consolidar o poder político e econômico da classe dominante. No Manifesto Comunista Marx afirma que “o executivo do Estado moderno é apenas um comitê para administrar os interesses de toda a burguesia”<sup>94</sup> e o “[p]oder político [...] é apenas o poder organizado de uma classe para oprimir outra”.<sup>95</sup> Com a revolução proletária triunfando, no período de transição do socialismo para o comunismo, prevaleceria a “ditadura do proletariado”. Marx usou este termo pela primeira vez em seu texto *A Luta de Classes na França*, de 1850, após os acontecimentos da onda de revoltas de 1848. Como assinala Eric Hobsbawm, “[n]ada indica que Marx jamais tenha usado o termo ‘ditadura’ para indicar uma forma institucional específica de governo, mas tão somente para

<sup>90</sup> CUBA. Constitución (1976). *Constitución de la República de Cuba*. La Habana: Ed. Política, 2006., Artículo 5.

<sup>91</sup> TEXIER, Jacques. Trad. Duarte Pacheco Pereira. *Revolução e Democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005, pp. 33-40.

<sup>92</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *The Communist Manifesto*. London: Penguin Group, 1967, p. 92. “All previous historical movements were movements of minorities, or in the interest of minorities. The proletarian movement is the self-conscious, independent movement of the immense majority, in the interest of the immense majority”.

<sup>93</sup> Ibid., 1967, p. 104.

<sup>94</sup> Ibid., 1967, p. 82.

<sup>95</sup> Ibid., 1967, p. 105.

definir o conteúdo, mais do que a forma assumida pelo domínio [...] de uma classe”.<sup>96</sup> No entanto, o uso do vocábulo “ditadura” no linguajar marxista, adotado depois por Lênin, serviu como elemento de propaganda política, sobretudo durante a Guerra Fria, a respeito do caráter autoritário e ditatorial dos governos dos países do bloco socialista.

A grande contribuição de Lênin ao marxismo original foi a questão do papel da vanguarda (partido) na tarefa de derrubada do capitalismo e de construção do socialismo/comunismo. Em seus escritos Lênin dedicou muita atenção aos problemas da organização e funcionamento do partido, afirmando que “o proletariado não tem outra arma além da organização na luta pelo poder [...] e pode se tornar [...] uma força invencível somente se sua unidade ideológica, fundada sobre os princípios do marxismo, for consolidada pela unidade material de uma organização que reúna solidamente milhões e milhões de trabalhadores no exército da classe operária”.<sup>97</sup> Lênin acreditava que as massas dificilmente adquiririam a consciência necessária para fortalecer o movimento revolucionário que deveria mudar a ordem social, cabendo, portanto, aos membros da vanguarda a mobilização e a ação organizada e disciplinada com vistas a atingir o objetivo proposto<sup>98</sup>, valendo-se até mesmo do uso da violência se necessário. Embora este último ponto, em particular, reflita especificamente a situação política na Rússia na época da Revolução de 1917, não há dúvida de que as idéias de Lênin sobre a vanguarda influenciaram a adoção do sistema de partido único nos países que se proclamaram socialistas, inclusive Cuba.<sup>99</sup> A estrita disciplina partidária e o “centralismo democrático”<sup>100</sup> são dois dos princípios leninistas mais importantes que foram observados por partidos de orientação comunista em todo o mundo e que são observados até hoje pelo Partido Comunista de Cuba.

Embora Antonio Gramsci não seja uma das principais referências filosóficas da Revolução Cubana, suas idéias tiveram algum impacto em Cuba por estarem inseridas no pensamento marxista-leninista absorvido pelo país. Assim como Lênin, Gramsci acreditava na

---

<sup>96</sup> HOBBSBAWN, Eric J. *Aspectos Políticos da Transição do Capitalismo ao Socialismo*. In: História do Marxismo, vol. 1, p. 311. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

<sup>97</sup> LENIN, V. I. *Opere*, vol. 7, p. 402. APUD: JOHNSTONE, Monty. *Um instrumento de tipo novo: o partido leninista de vanguarda*. In: História do Marxismo, vol.6, p. 15. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

<sup>98</sup> THACKRAH, J.R. *Politics*. London: William Heinemann Ltd., 1987, p 48.

<sup>99</sup> JOHNSTONE, Monty. *Um instrumento de tipo novo: o partido leninista de vanguarda*. In: História do Marxismo, vol.6, p. 15. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985, p. 15.

<sup>100</sup> Ibid., 1985, pp. 33-35. O termo “centralismo democrático” refere-se a uma prática de disciplina partidária pela qual todos os membros do partido podem expressar suas opiniões livremente no debate sobre uma decisão, mas uma vez tomada a decisão, todos estão obrigados a acatá-la. Foi usado por Lênin pela primeira vez em 1905 em documento sobre questões de organização de seu partido na Rússia.



idéia que ele chamou de hegemonia do proletariado e assinalava que, para uma transição rumo ao socialismo, a classe proletária teria que controlar o poder político. No entanto, o proletariado não poderia se iludir ao alcançar o poder, deveria manter-se *dirigente*, ou seja, “[o] proletariado [...] poderá desenvolver sua função dirigente tão somente se possuir um rico espírito de sacrifício e se for capaz de se libertar completamente de todo resíduo de corporativismo reformista ou sindicalista.”.<sup>101</sup> O proletariado seria assim incapaz de manter-se no poder ou na posição de classe dominante, se não for capaz de ser também *dirigente*. Pode-se traçar um paralelo com o caso de Cuba e a figura de Fidel Castro. Para Gramsci é preciso alcançar a *hegemonia civil* por meio de uma *guerra de posição*, ou seja, alcançar o poder para, então, poder fazer uma transição de sistema político. Nas palavras dele, “[u]m grupo social pode e mesmo deve ser *dirigente* já antes de conquistar o poder governamental (é essa uma das condições principais para a própria conquista do poder); depois, quando exerce o poder, e mesmo que o conserve firmemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também ‘dirigente’.”.<sup>102</sup>

Fidel Castro não conhecia os escritos de Gramsci em sua época de guerrilha. Mas é interessante que o caso dele se encaixa como um perfeito exemplo do que Gramsci se referia. Fidel Castro se tornou *dirigente* antes mesmo de chegar ao poder, conseguiu se manter firme, não só como Chefe de Estado, mas também como líder do povo cubano. Na verdade, Fidel Castro, nunca foi um teórico e tampouco escreveu livros com a intenção de fazer novas formulações filosóficas, nem teve a intenção de criar o que alguns chamam de “castrismo”. Pode-se dizer que é um grande observador e analista de acontecimentos políticos, inclusive internacionais. O termo “castrismo” surgiu na comunidade cubana exilada de Miami com uma conotação negativa, referindo-se ao que consideravam uma ditadura dos irmãos Castro, devido aos 50 anos que Fidel se manteve no poder e que agora Raúl continua. Nunca teve uma conotação de ser uma nova corrente teórica inovada por Fidel Castro como é no caso do *Maoísmo*, por exemplo.<sup>103</sup>

<sup>101</sup> GRAMSCI, Antonio. *Al Comitato Centrale del Partito Comunista Sovietico*. APUD: COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 70.

<sup>102</sup> GRAMSCI, Antonio, *Cadernos de Cárcere*. APUD: COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 150.

<sup>103</sup> O líder da Revolução Chinesa, Mao Tse-Tung, viu-se na contingência de buscar uma interpretação do marxismo-leninismo adaptado às condições da China, já que o país praticamente não tinha indústrias e portanto não contava com uma classe proletária urbana que pudesse ser a base de um movimento revolucionário. Nessas condições, a Revolução Chinesa foi essencialmente uma revolução de camponeses dado o caráter agrário do país na época. Suas contribuições ao pensamento marxista-leninista justificaram o surgimento do termo “maoismo”. Entre elas, destaca-se a interpretação, adotada após a conquista do poder, de que o estado socialista seria uma “ditadura revolucionária

### **CAPÍTULO III**

#### **A DEMOCRACIA ESTÁ NOS OLHOS DE QUEM VÊ**

O âmbito deste trabalho não abrange a análise comparativa exaustiva entre os sistemas políticos e as duas visões distintas de democracia apresentadas nos capítulos precedentes, nem busca passar julgamento sobre seus méritos democráticos. O objetivo central do trabalho é discutir se a estratégia da promoção da democracia contribui ou não para assegurar a paz mundial. Assim, para os efeitos dessa discussão, a análise de alguns pontos mais relevantes, evidenciando os aspectos positivos e as insuficiências de ambos os sistemas, dentro de suas respectivas lógicas internas, torna possível sustentar que não necessariamente um dos modelos seria intrinsecamente superior ao outro. A partir daí seria possível questionar a efetividade da estratégia da promoção da democracia liberal como instrumento para promover a segurança internacional entre as nações.

À luz do exposto, o capítulo é dividido em quatro seções. As três primeiras analisam os seguintes pontos críticos para o argumento desenvolvido neste trabalho: o impacto dos regimes econômicos, capitalista ou socialista, sobre a prática democrática; a questão do pluripartidarismo em contraposição ao sistema de partido único; e a garantia e efetivo exercício do direito de livre expressão. Essa análise, na qual elementos das relações entre Estados Unidos e Cuba são mencionados como ilustração, tratará de mostrar que dificilmente seria possível chegar a uma conclusão sobre qual seria a forma ideal de democracia, sem que antes seja tomada uma posição ideológica.

#### **3.1 Capitalismo, socialismo e democracia**

Como já visto no final do capítulo I, historicamente a democracia liberal se desenvolveu em países com economias capitalistas de mercado. O argumento central proposto pelos liberais para justificar esse fato histórico é a alegação da compatibilidade de alguns aspectos básicos do sistema econômico capitalista com o desenvolvimento das instituições democráticas. Dentro da

---

de diversas classes” e não uma “ditadura do proletariado”. (BERNAL, Martin. Mao e a Revolução Chinesa. In: Historia do Marxismo, vol 8. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987). Embora sem admitir abertamente, Cuba inspirou-se nessa idéia no momento de estabelecer sua Constituição.

lógica da economia de mercado, todo agente econômico, podendo ser representado tanto por um indivíduo como por uma empresa, poderia se preocupar única e exclusivamente em exercer seus direitos de livre iniciativa empreendedora e de livre manifestação de suas preferências de consumo, sem a interferência de terceiros ou do Estado. Essas práticas, por serem reguladas e controladas por decisões tomadas pelos próprios agentes econômicos, dentro de um mercado competitivo, acabariam tornando o sistema capitalista eficiente como meio de gerir recursos escassos. Assim, inevitavelmente, o capitalismo levaria ao desenvolvimento econômico, o que seria extremamente favorável para a instauração de um governo democrático. Dahl assinala os dois argumentos mais usados para sustentar esta última afirmação:

- Primeiro, havendo desenvolvimento econômico implicaria a redução da pobreza e a melhoria na qualidade de vida dos cidadãos; ao melhorar as condições básicas da população, seria de se esperar uma diminuição nos conflitos e reivindicações sociais e políticas, trazendo uma estabilidade interna maior;
- Segundo, o capitalismo cria um grande estrato intermediário de proprietários, que geralmente busca opções melhores de educação, mais autonomia, liberdade pessoal, direito de propriedade, o respeito à lei e alguma forma de participação no governo; com a descentralização da economia, essa classe se sentiria mais independente e não haveria a necessidade de um governo central forte ou autoritário para controlar a economia, já que ela se auto-regula pelo mercado.<sup>104</sup>

Já em um regime econômico socialista haveria, de acordo com o exposto acima, um descompasso com a prática democrática, devido ao fato de que nesse regime se adotaria uma economia centralizada, planificada e controlada por um Estado forte. De acordo com os autores liberais, a tarefa de distribuir recursos escassos de maneira equitativa exigiria enormes quantidades de informação confiável e os funcionários encarregados do planejamento e do controle econômicos teriam que mostrar máxima eficiência no desempenho de suas funções e ser devidamente recompensados e incentivados. No entanto, a preocupação maior dos críticos liberais do socialismo, relaciona-se ao controle dos recursos econômicos concentrado nas mãos dos líderes dos governos, os quais, na sua grande maioria, ao longo da história teriam se mostrado incapazes de gerenciá-los de maneira eficiente, transparente e para fins úteis para a

---

<sup>104</sup> DAHL, Robert. Trad. Beatriz Sidou. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora UnB, 2001, pp. 184-185.

sociedade. A centralização do controle sobre os recursos econômicos nas mãos de líderes políticos, na interpretação liberal, facilitaria a imposição de regimes autoritários.

Mesmo considerando os dois argumentos apresentados acima como válidos, Hans Kelsen assinala que “nem o capitalismo, nem o socialismo estão essencialmente relacionados, [...] por sua própria natureza, a um sistema político definido”.<sup>105</sup> Dahl ressalta que na verdade não existe uma correlação estreita entre o desenvolvimento econômico e o tipo de governo ou regime político de um país. O desenvolvimento econômico não seria exclusivo de um regime democrático, assim como a estagnação econômica também não seria característica de regimes ditos não democráticos. Além disso, embora a democracia liberal tenha prevalecido somente em países com economias capitalistas, o capitalismo também existiu em países não democráticos.<sup>106</sup> Já as experiências históricas de experimentos socialistas no campo econômico foram todas realizadas em países que, de acordo com os padrões liberais, não tinham regimes políticos democráticos.

Como visto no capítulo anterior, a democracia nunca foi um tema central na análise de Marx, que, no entanto, deixou clara sua visão sobre a incompatibilidade do capitalismo com o que ele entendia como a verdadeira democracia, na qual seria extinta a exploração do homem pelo homem. Para os marxistas, “nas sociedades capitalistas não era possível democratizar a relação fundamental em que se assentava a produção material, a relação entre o capital e o trabalho”.<sup>107</sup> Ou seja, o sistema político baseado na democracia liberal seria sempre uma democracia “burguesa”, uma democracia destinada a manter a posição de poder da classe dominante. Somente quando a maioria desfavorecida pelo sistema capitalista, que Marx chamava de “proletariado”, se tornasse o grupo economicamente dominante haveria condições para a verdadeira democracia, com predomínio da maioria.

Pensadores liberais chegaram a admitir que o capitalismo produziria desigualdades no acesso aos recursos políticos, como vimos no capítulo I, e isso estaria ligado diretamente ao acesso (ou falta de) que o cidadão teria sobre os recursos econômicos, sendo que o que tivesse acesso a mais recursos econômicos gozaria, na prática, de maior participação política do que os outros. Dessa forma, segundo os marxistas, haveria uma descaracterização completa do ideal de

---

<sup>105</sup> KELSEN, Hans. Trad. Ivone C. Benedetti. et ali. *A Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 254.

<sup>106</sup> DAHL, 2001, pp. 186-187.

<sup>107</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2002, pp. 40-41.

democracia baseada no princípio da igualdade, gerando uma sociedade injusta e desigual tanto no plano econômico quanto no plano político.

Como visto no capítulo II, Marx afirmava que somente um regime socialista poderia garantir a verdadeira democracia no sentido de que a maioria da população controlaria o poder político. De acordo com essa interpretação, seria possível afirmar que há uma contradição entre a democracia e o capitalismo, no sentido de que um sistema político que garantisse efetiva igualdade política poderia levar à própria abolição do capitalismo, pois, em tese, a maioria desfavorecida por esse sistema acabaria votando por partidos que defendessem sua reforma ou até mesmo sua substituição por um sistema econômico alternativo. Na atualidade, os acontecimentos em alguns países da América Latina, particularmente a Venezuela e a Bolívia, parecem dar alguma sustentação a essa idéia, mostrando que há forças políticas de peso a favor de uma ruptura com o sistema capitalista.

### **3.2 O pluripartidarismo e o sistema de partido único**

No geral, ao discutir as implicações para um regime democrático, existe uma grande discussão em torno da necessidade do pluripartidarismo, como assinalado anteriormente no capítulo I. Segundo os liberais, portanto, Cuba já automaticamente não se classificaria como regime democrático. No que refere a esse tema, muitos relatórios de organizações internacionais ou *rankings* feitos por certas entidades, acabam colocando Cuba entre os últimos quanto aos princípios democráticos, isso quando Cuba sequer entra como país a ser analisado.<sup>108</sup> O pluripartidarismo também estaria intrinsecamente ligado à questão das eleições livres e freqüentes, outro problema no qual Cuba é muitas vezes mal interpretada por ter somente um partido, o qual, como foi visto no capítulo II, não participa diretamente do processo eleitoral.

Atualmente, na concepção hegemônica de democracia seria fundamental a instauração de um governo representativo em que os representantes fossem eleitos por meio do sufrágio universal e que, após serem eleitos, teriam a responsabilidade de elaborar e administrar as políticas públicas. Já a participação direta dos cidadãos no processo de formulação dessas

---

<sup>108</sup> Um exemplo é o relatório “Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos”, preparado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); tradução Mônica Hirst. Santana do Parnaíba, SP: LM&X, 2004.

políticas públicas (por exemplo, por meio de referendos) é ainda relativamente infrequente na maioria dos países onde a democracia liberal é praticada, embora haja exceções como no caso da Suíça e da Itália. No entanto, só o fato de haver sufrágio universal e um governo representativo não bastaria para diferenciar um regime democrático de um não democrático, por que na verdade as duas coisas também existem em regimes considerados socialistas ou comunistas. Então, talvez fosse preciso analisar quanto à democracia direta ou indireta? Nos Estados Unidos, como em vários outros países também, o surgimento de uma democracia liberal representativa indireta teria se dado por dois motivos, segundo J.R. Thackrah:

- Parcialmente por que havia pessoas demais para participar diretamente no processo de formulação das políticas públicas; e
- Por que os cidadãos mais velhos e interessados na política sabiam que uma democracia direta ameaçava o controle deles sob o poder público.<sup>109</sup>

Para compensar, ou melhor, justificar a aplicação de uma democracia indireta, ou seja um governo representativo, haveria a necessidade de envolver a sociedade de outras maneiras para que se sentissem de fato representados dentro do governo. Sendo assim, o governo representativo, supostamente derivado da opinião pública, teria, portanto, a obrigação de prestar contas aos cidadãos (*checks and balances*). No entanto, para maior alcance dessas prestações de contas para o maior número de cidadãos possível, haveria a necessidade de uma divisão em grupos menores que representassem os diversos interesses da população.

Em sua obra “Os Partidos Políticos”, Maurice Duverger assinala que “se chamavam igualmente ‘partidos’ as facções que dividiam as repúblicas antigas, os clãs [...] na Itália do Renascimento, os clubes [...] das assembléias revolucionárias, os comitês que preparavam as eleições [...] das monarquias constitucionais, assim como as vastas organizações populares que enquadram a opinião pública nas democracias modernas”.<sup>110</sup> Desde o início ficou claro que o objetivo principal desses grupos é a obtenção do controle do poder político, com vistas a implementar suas idéias de gerenciamento dos negócios públicos. Tecnicamente, todos os interesses deveriam ser representados e todos teriam o direito de pelo menos fazer conhecer as suas opiniões sobre as ações do governo. A variedade de partidos políticos que pode haver com

<sup>109</sup> THACKRAH, J.R. *Politics*. London: William Heinemann Ltd, 1987, pp. 49-50.

<sup>110</sup> DUVERGER, Maurice. *Los Partidos Políticos*, Fondo de Cultura Económica, México, 1957. In: TORRADO, Fabio Raimundo. *La Crisis de los sistemas electorales del mundo capitalista*. La Habana: Instituto Cubano del Libro, Editorial de Ciencias Sociales, 2009, p. 54.

intuito de representar o interesse de determinados grupos e o embate entre diferentes idéias e posicionamentos é o que seria a maior diferença em relação ao sistema político unipartidário, como alegariam os liberais. Havendo somente um partido significaria, portanto, a não existência de discussão entre as idéias e, assim, não seria uma democracia, pois os cidadãos não poderiam ter alguma idéia contrária ao proposto pelo único partido instaurado no país, que controlaria o governo.

Em Cuba, como visto no capítulo anterior, existe o sufrágio universal e um governo representativo indireto também. No entanto, existe somente o Partido Comunista de Cuba, que é na verdade a fusão de vários grupos políticos que participaram do Movimento Revolucionário 26 de Julho. Vale a pena lembrar e apontar alguns argumentos, vistos no capítulo II, que poderiam ajudar a entender melhor a lógica do sistema cubano, sem a intenção de fazer algum juízo de valor referente a se ele seria melhor ou não em relação ao sistema pluripartidário, mas que talvez não seja tão fácil de conceber por constituir um modo alternativo à concepção hegemônica.

Como visto no capítulo II, em 2002 houve um referendo popular em Cuba pelo qual se tornou irrevogável o caráter socialista do país. Ou seja, o objetivo maior dos candidatos eleitos é de zelar pela preservação de um Estado socialista por ser a vontade da maioria. Isso, no entanto, não significa que não haja debates sobre *como* preservar o sistema. Também não quer dizer que não existam questionamentos sobre algumas políticas públicas e tampouco é verdade que não se discutam reformas e possíveis adaptações do sistema. Claro que não seriam reformas para a transição ao sistema capitalista, no entanto, poderiam ser introduzidas algumas modificações econômicas significativas, inclusive em razão da rápida globalização do mundo. Na verdade, no que respeita à manutenção da ordem econômica e social, acontece exatamente o mesmo nos países liberais. Curiosamente, não existe um artigo nas constituições liberais que definam que o caráter do Estado como *capitalista* que não poderia ser modificado. No entanto, essas constituições contêm artigos sobre a ordem econômica que implicam a manutenção do capitalismo. Assim, qualquer idéia com a intenção de mudar por completo o sistema capitalista para um nos moldes socialistas, em grande parte dos países, não ganha muito apoio e geralmente é excluída da política e taxada de radical. Esta exclusão existe em Cuba de forma contrária, idéias vindas de simpatizantes com o capitalismo também são alvos de críticas.

Dito isso, em Cuba, não haveria a necessidade de ter vários partidos políticos, ou melhor, poderia ser feito uma analogia com os candidatos eleitos, cada um dos deputados está na

Assembléia representando os interesses das pessoas de sua circunscrição eleitoral que poderiam ser comparados com alguma forma de partido defendendo suas idéias políticas dentro do Congresso ou Parlamento. É necessário entender a lógica interna do sistema para ficar mais fácil a absorção desta analogia. Mas a principal diferença entre um sistema e outro seria o objetivo último de cada um. Enquanto os partidos nos países liberais tratam de alcançar o poder para traçar o caminho que eles acham estar certo, o Partido Comunista de Cuba só tem o papel de implementar uma forma de governo já estabelecida e apoiada pela população. Em ambos casos não há questionamento da ordem social e econômica vigente.

A participação popular em Cuba tem sido uma característica do sistema político cubano. Faz parte da concepção revolucionária de transformação social e a formação de uma consciência socialista. Os delegados eleitos para a Assembléia Municipal têm a responsabilidade de ativar a participação da população por meio de debates e discussões sobre leis propostas, fiscalização, programas de ajuste econômico, e projeções para o desenvolvimento nacional. Há ainda outros mecanismos de participação social como, por exemplo, projetos de desenvolvimento de vizinhanças e comunidades.<sup>111</sup>

### 3.3 A liberdade de expressão

Como visto rapidamente na seção anterior, a existência dos partidos políticos está ligada à liberdade de expressão e ao direito de associação, que os indivíduos têm para compartilhar e debater idéias e opiniões. No caso de Cuba, o fato de existir somente um partido, não impede que também haja debate sobre formas de implementação das políticas públicas, embora, restrito ao contexto do objetivo nacional maior já definido, a defesa do socialismo. O principal argumento usado pelas democracias liberais se firma em volta da questão de que sem confronto de idéias não há liberdade de expressão.

A crítica liberal afirma que em Cuba não existe nenhum tipo de liberdade de expressão. Na prática pode até ser, mas os cubanos dão uma justificativa, reconhecendo que há restrições à livre expressão. A explicação reside sobre uma questão de segurança nacional. Como o país se

---

<sup>111</sup> LÓPEZ GARCÍA, Delia Luisa. *A Guide for Understanding the Cuban Political System*. In: *Cuba in the 21<sup>st</sup> Century: Realities and Perspectives*. Coord. José Bell Lara e Richard A. Dello Buono. Havana: Instituto Cubano del Libro, Ed. José Martí, 2005, p. 112.



sente em constante ameaça pelos Estados Unidos, para garantir a segurança e a preservação do sistema socialista, vê como necessário restringir a liberdade de expressão. Na teoria, qualquer um pode debater suas idéias nas assembléias populares e nos Comitês de Defesa da Revolução, mas na prática, alguém que defenda idéias para acabar com o sistema socialista no país poderá sofrer perseguições. Os chamados dissidentes representam um problema para o país, nem tanto por terem idéias contrárias às da Revolução, mas pelo fato de que boa parte da população cubana emigrada nos Estados Unidos, que sonha em ver o sistema socialista desmoronar, acolhe e dá todos os meios possíveis para que os dissidentes cubanos recebam apoio e atenção na mídia internacional, de maneira a prejudicar a imagem de Cuba. Os que promovem essas ações acreditam que, com pressão internacional, o governo cubano irá ceder algum dia.

Um caso notório seria o da blogueira cubana Yoani Sánchez, eleita uma das pessoas mais influentes do mundo pela revista Time, em 2008. Em seu livro “De Cuba, com Carinho”, a blogueira não apresenta idéias tão favoráveis ao término do sistema como um todo, mas sim de reformas profundas para sua evolução. O que na verdade não seria uma grande novidade, basta conversar com pessoas comuns nas ruas de Havana para ouvir as mesmas reclamações. O próprio governo cubano não nega que haja uma estagnação do sistema econômico e que, de fato, precisa ser reformado, mas é importante lembrar que Cuba não é um país rico e ainda sofre com os efeitos de um bloqueio econômico imposto pela potência hegemônica mundial. Além disso, reformas demoram e demandam muitos recursos. No entanto, esse não parece ser o foco que a mídia quer dar; de acordo com sua orientação política e ideológica, ela seleciona matérias com a intenção de mostrar a falta de liberdade de expressão, a dura repressão e a ditadura “sangrenta” imposta por Fidel Castro há mais de 50 anos, e retrata os dissidentes como heróis que lutam contra a falta de democracia em Cuba.

Por outro lado, é considerado que nos Estados Unidos existe total liberdade de expressão, e de fato, se for visto no sentido de que ninguém vai ser preso por falar o que pensa em blogs ou twitter, é verdade. Mas é só o fato de não ir preso que define se há ou não liberdade de expressão no país? Será que não existe nenhum tipo de controle por parte dos governos? Vimos anteriormente, que pessoas que têm maior poder aquisitivo também gozam, na prática, de mais direitos e liberdades do que os outros. Não seria absurdo pensar que, por esta mesma lógica, quanto mais recursos financeiros, mais acesso aos meios de comunicação e poder de influência.

Assim, quem realmente deteria, na prática, a liberdade de expressão seria apenas uma minoria rica.

Recentemente, o caso do site “Wikileaks” trouxe a tona o debate sobre a liberdade de imprensa. Os criadores do site hoje estão presos, alguns diriam torturados, e processados por exporem informações que de uma forma ou de outra “vazaram” e foram publicadas. Neste caso, coincidentemente, os Estados Unidos utilizaram o mesmo argumento que Cuba usa: questão de segurança nacional. Resumindo, a existência da verdadeira liberdade de expressão é algo bastante relativo. No site do Wikileaks, na seção 3.3 das informações sobre o site, os criadores provocaram dizendo: “Em seu julgamento histórico sobre os Papéis do Pentágono, a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que ‘somente uma imprensa livre e irrestrita pode efetivamente expor fraudes no governo. Nós concordamos.’”.<sup>112</sup> Ou seja, no tocante a assuntos relativos às condutas dos governos, existem controversas. Portanto, assim como os dissidentes representam um problema para o governo cubano, os que publicam informações “sigilosas” do governo americano também provocam desconforto ao Congresso americano. Este é somente um caso que pode ser usado como ilustração, na verdade existem vários outros exemplos. A questão debatida hoje gira em torno do fato de que existe uma ideologia dominante no mundo, fortemente influenciada pelos ideais norte-americanos, por terem e controlarem grande parte dos meios de informação. Dessa forma conseguem criar uma noção do que seria (ou deveria ser) o certo e também o que é errado, gerando um preconceito em relação ao diferente.

### **3.4 Democracia: uma questão de ideologia**

O breve exame dos três tópicos destacados nas seções precedentes é suficiente para mostrar que dificilmente seria possível chegar a uma conclusão sobre a forma “correta” ou “válida” de democracia, sem uma prévia tomada de posição ideológica. No geral, as análises sobre as questões democráticas dependem muito do ponto de vista e também fortemente de uma posição ideológica por parte do observador. A palavra “democracia” tem adquirido vários significados de impacto emotivo. Foi e é usada muitas vezes para expressar uma atitude positiva

---

<sup>112</sup> “In its landmark ruling on the Pentagon Papers, the U.S. Supreme Court ruled that ‘only a free and unstrained press can effectively expose deception in government’. We agree.”. WIKILEAKS. Disponível em: <<http://wikileaks.enet.gr/About.html>>, Acesso em: 20/05/2011.

em relação a determinado regime político ou algumas características dele. Hoje, mesmo regimes bastante diferentes entre si são chamados de democráticos e, assim, a verdade é que a palavra é usada em uma variedade enorme de contextos. Apesar de existirem os termos “democracia liberal”, “democracia social” e “democracia totalitária”; a palavra “democracia” também é usada para contextos apolíticos como, por exemplo, no termo “democracia industrial”. Sendo assim, parece que a palavra tem pouco conteúdo descritivo e tem uma conotação honorífica em relação às formas de organização política e econômica, na qual o observador aprova e espera que seu interlocutor também aprove.<sup>113</sup>

Cabe ressaltar também que a adoção de um sistema político de inspiração liberal ou socialista por um determinado país não é exatamente uma questão de escolha pura e simples. Fatores históricos condicionam em grande medida as circunstâncias nas quais um sistema político é adotado e se desenvolve. Nesse contexto vale recordar a observação clássica de Marx, em sua obra “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, segundo a qual “[o]s homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”.<sup>114</sup> No caso de Cuba, a frase se adapta perfeitamente, mas mesmo no caso da adoção da democracia liberal nos Estados Unidos, a observação continua fazendo sentido.

As condições históricas nas quais se desenvolveu a Revolução Americana não foram caracterizadas por um forte questionamento da ordem econômica e social vigente, mas sim por uma questão política relativa à taxação sem representação, como visto no capítulo I. Foi, assim, fácil instaurar a democracia liberal nos Estados Unidos. Como observa Robert Packenham, “com exceção dos nativos americanos e dos negros, os americanos ‘nasceram iguais’”.<sup>115</sup> Como se pode ver, naquela época, restrita aos cidadãos brancos, a democracia liberal e a garantia que prometia oferecer às liberdades individuais não enfrentou nenhuma resistência, parecendo aos pioneiros americanos o caminho natural a seguir. O fortalecimento econômico dos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XIX reforçou a crença dos americanos de que a democracia liberal era o sistema político mais avançado cuja aplicação deveria ser universal para

<sup>113</sup> BARRY, Norman P. *An Introduction to Modern Political Theory*. London: Macmillan Education Ltd, 1987, pp. 207-208.

<sup>114</sup> MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. apud. GIANNOTI, José Arthur. (org.). Trad. José Carlos Bruni et al. *Karl Marx – Manuscritos econômico-filosófico e outros textos escolhidos*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978, p. 329.

<sup>115</sup> PAKENHAM, Robert. *Liberal America and the Third World: Political Development Ideas in Foreign Aid and Social Science*. Princeton: Princeton University Press, 1977, p. 112.

garantir o progresso humano. Nas duas Grandes Guerras Mundiais do século XX, embora tenham participado de ambas, os Estados Unidos não tiveram que enfrentar combates e destruição em seu território, o que acentuou seu predomínio político e econômico, pelo menos no bloco ocidental sob sua influência na Guerra Fria, e em consequência também aumentou a influência de suas idéias e valores, entre eles a democracia liberal.

Como visto no capítulo II, no caso de Cuba, com uma longa história de conflitos violentos, extrema pobreza, e desigualdades sociais e econômicas gritantes, seria de certa forma lógico pensar que um regime nos moldes socialista pudesse algum dia se estabelecer no país. Cuba, ao contrário dos Estados Unidos, não teria muita opção de estabelecer uma democracia liberal por uma série de razões históricas. Desde os movimentos independentistas, o país foi marcado por revoltas e lutas populares pela independência da ilha com o forte tom nacionalista. A ala anexionista, que almejava a anexação com os Estados Unidos, nunca teve de fato muitos adeptos e essa hipótese foi sempre rejeitada pela maioria da população cubana. Cuba foi o penúltimo país a abolir a escravidão e, com isso, tinha até a Revolução de 1959 entre a sua população pobre uma maioria de negros e mulatos, enquanto sua minoria rica era essencialmente branca. Até a tomada do poder pela guerrilha de Fidel Castro, os Estados Unidos tinham muita influência dentro do país e controlavam amplamente um governo corrupto, sem muito interesse pela melhora das condições básicas da população local.

O Movimento Revolucionário 26 de Julho, liderado por Fidel Castro e outros, teve o imenso apoio da população camponesa e das classes mais humildes da população urbana que vivia em condições muito precárias e desejavam tomar um novo rumo. Os críticos alegam que não foi uma Revolução e sim um golpe de Estado dado por Fidel Castro para se colocar no poder. No entanto, é notório que sem o apoio da grande maioria da população cubana não haveria como os guerrilheiros tomarem o poder da forma que tomaram. Para dar início à guerrilha de Sierra Maestra, havia um grupo de apenas 82 homens que vieram numa embarcação do México, entre eles Fidel e Raúl Castro e Che Guevara. Ao chegar em Cuba o barco encalhou e o exército do ditador Fulgencio Batista conseguiu matar mais da metade deles. Os 14 que sobreviveram ao ataque se refugiaram na Sierra Maestra, onde ao longo do tempo foram se juntando à guerrilha, pouco a pouco, vários camponeses a favor de mudanças. Outros ajudaram a fornecer equipamentos de rádio para a transmissão da *Radio Rebelde*, o veículo de comunicação dos guerrilheiros com a população, além de vários outros suprimentos.

A instauração de uma democracia nos moldes liberais seria impossível, principalmente por que o que a população mais humilde queria era uma melhor distribuição de terra e riqueza, reforma agrária, e melhores condições de educação e saúde. Como distribuir para os mais pobres? Tirando dos mais ricos. No início, não haveria como zelar por fatores como a propriedade privada ilimitada e acumulação de grande parte da riqueza nas mãos de poucos. Outro rumo tinha que ser seguido, e o socialismo obteve cada vez mais espaço para manifestações até ser proclamado o caráter oficial do sistema político cubano. Também, como foi visto no capítulo II, diante da crescente hostilidade dos Estados Unidos à Revolução Cubana, alimentada por emigrados cubanos que haviam sido ligados ao regime de Batista, Cuba aproximou-se da União Soviética, circunstância histórica que marcou profundamente sua opção de regime socioeconômico e o desenvolvimento de seu sistema político.

Desta forma, levar em conta aspectos políticos, sociais e econômicos ao longo da história de cada país nos permite entender por que cada um seguiu e tem o sistema político que prevalece hoje e de certa forma por que não seria viável ou conveniente instaurar outro tipo de sistema. Considerar a universalidade dos princípios da democracia liberal seria desconsiderar a história, cultura, tradições, modos de vida e organizações sociais de cada país, tratando de uniformizar ou moldar o mundo. Não é importante analisar se um sistema político ou econômico é melhor que os outros, o fato importante a destacar é que cada país é do jeito que é por fatores históricos. Seus destinos só deveriam ser modificados pelas próprias populações de cada país, de acordo com as suas concepções democráticas e instituições nacionais.

Assim sendo, se houvesse uma análise mais profunda e uma maior aceitação ou respeito pela história e condições específicas das nações, ao invés de considerar que exista um único sistema universal, talvez o debate “capitalismo *versus* socialismo” não seria tão focado na maneira como um contrapõe o outro, mas talvez simplesmente analisasse o debate em torno de dois possíveis modos de organização social e econômica e da possível combinação de elementos de ambos. A experiência recente da China parece apontar nessa direção. O mesmo raciocínio poderia ser aplicado ao caso dos sistemas políticos. Da mesma forma que condicionantes históricos determinaram em grande medida as opções de organização econômica, a construção dos sistemas políticos também ocorreu dentro dessa lógica. No entanto, a opção por um determinado sistema econômico influencia diretamente o desenho do sistema político adotado.

Não há como negar que certos princípios básicos teriam que ser respeitados para que um sistema político pudesse ser considerado como democrático. Por outro lado, por mais que os direitos e as liberdades básicas estejam formalmente garantidos, poderia ser duvidoso o caráter democrático de um sistema político que, por suas características próprias e por representar os interesses econômicos dominantes, tornasse o exercício efetivo daqueles direitos e liberdades, na prática, restrito a uma parcela abastada da população.

Como se pode ver, o julgamento sobre o caráter “democrático” de um sistema político depende fundamentalmente de uma consideração de ordem ideológica, justificando, assim, o título deste capítulo, pois efetivamente a democracia está nos olhos de quem vê, através de uma determinada lente ideológica.

## CONCLUSÃO

Como foi visto no capítulo I, a promoção da democracia constitui um dos pilares da política externa norte-americana. Nesse sentido, o modelo de democracia liberal, desenvolvido e adotado nos Estados Unidos, disseminou-se mundialmente, tornando-se a concepção hegemônica nos meios políticos de diversos países, organismos internacionais e meios acadêmicos. No capítulo II viu-se como a Revolução Cubana representou uma ruptura com os ideais liberais democráticos e como, diante de condicionantes históricos, Cuba adotou um sistema político alternativo. No capítulo III, por fim, viu-se, a partir da análise de alguns pontos críticos, como não seria possível considerar um dos sistemas expostos necessariamente superior ao outro, sem uma prévia tomada de posição ideológica.

A partir do exposto nos três capítulos anteriores e para concluir a análise feita neste trabalho, acredito ser possível afirmar que a estratégia de promoção da democracia liberal adotada pelos Estados Unidos não contribui para a diminuição das tensões no cenário internacional. A persistente hostilidade entre Estados Unidos e Cuba pode ser apontada como um exemplo, entre muitos outros. A insistência de exigir de outros países a adoção da democracia liberal tem posto os Estados Unidos em choque com vários países, em alguns casos chegando a conflitos armados. A invasão do Iraque de Saddam Hussein, em 2003, por exemplo, foi justificada com base nas alegações de existência de armas de destruição em massa e também na promoção da democracia naquele país. Os resultados nem sempre são os esperados, ou seja, não necessariamente democracias liberais estáveis resultam dos esforços diplomáticos ou militares junto a países tradicionalmente dominados por governos autoritários.

Em vista de sua história, na qual o sistema de democracia liberal não conheceu interrupções, os norte-americanos desenvolveram um sentimento de que a estratégia de promoção da democracia é algo natural; afinal a democracia liberal seria um valor universal. Essa visão leva a crer na idéia de que cabe aos Estados Unidos a missão de libertar os povos de outros sistemas imperfeitos, considerados autoritários e não-democráticos, como já mencionado no capítulo I. A crença de que os valores democráticos liberais são universais e de fácil aplicação para qualquer país, em qualquer circunstância, leva aos norte-americanos, em geral, a desprezar a importância de fatores históricos, culturais e econômicos específicos de cada país. Em um país onde historicamente a democracia liberal nunca foi aplicada, não é evidente de que sua

população necessariamente considere esse sistema político como sendo o mais adequado aos seus costumes e condições locais.

O caso de Cuba serve de ilustração para o exposto acima. Mesmo com o bloqueio econômico e uma forte propaganda política hostil aos valores defendidos pela Revolução Cubana, em ambos casos justificado amplamente com base na alegação de falta de democracia na ilha, os Estados Unidos não conseguiram obter apoio expressivo entre a população cubana para um levante contrário ao regime político vigente e em favor da instauração de um sistema político de caráter liberal-democrático. Como foi visto no capítulo II, o fato de que a Revolução Cubana defendeu o orgulho nacional cubano, deu ao povo cubano uma sensação de relativa segurança em vista de seu passado violento e se proclamou continuadora da obra de José Martí, o herói nacional, conferiu-lhe (e em larga medida ainda lhe confere) forte apoio popular.

A estratégia de promoção da democracia no caso de Cuba não só não funcionou, mas também contribuiu para prolongar a tensão com os Estados Unidos. Apesar de vários oferecimentos por parte dos líderes cubanos de negociações com vistas à normalização das relações bilaterais, o governo norte-americano mantém sua exigência de instauração da democracia nos moldes liberais, até mesmo como condição para iniciar conversações. Em grande parte essa postura é influenciada pela ação da comunidade cubana anti-castrista concentrada em Miami. É interessante notar que, embora também fazendo críticas e restrições ao que considera violações dos valores democráticos, os Estados Unidos não viram obstáculos para manter relações normais com outros países que adotam sistemas políticos considerados não-democráticos, como no caso da China e do Vietnã, país com o qual estiveram em guerra, ou de países aliados dos Estados Unidos, como a Arábia Saudita e o Egito, até a recente derrubada de Hosni Mubarak. Poderiam ser apontadas várias outras instâncias nas quais os mesmos resultados observados no caso de Cuba também se verificaram. Por exemplo, a tentativa de qualificar a reeleição de Mahmoud Ahmadinejad no Irã, em 2009, fez aumentar a tensão numa relação já bastante conturbada.

Alguns críticos mais radicais levam esse argumento ao extremo, argumentando que a estratégia de promoção da democracia, ao contrário de diminuir as tensões internacionais, constitui uma ameaça constante à paz mundial. Em geral esses autores tendem a ver naquela estratégia apenas um disfarce para tentar ocultar a expansão agressiva do capitalismo. A “missão” de levar a democracia (e a liberdade que ela deveria proporcionar) aos povos ainda



dominados por regimes não democráticos se resumiria, assim, a uma retórica conveniente para assegurar a proteção dos interesses econômicos das potências dominantes. Ellen M. Wood, por exemplo, assinala que “o capitalismo não é capaz de garantir a paz mundial [...] a lógica expansionista, competitiva e exploradora da acumulação capitalista [...] deve, mais cedo ou mais tarde, se desestabilizar [...] o capitalismo – ou, neste momento, sua força organizadora mais aventureira e agressiva, o governo dos Estados Unidos – é e continuará ser no futuro previsível, a maior ameaça à paz mundial.”<sup>116</sup>

A análise desenvolvida neste trabalho permite concluir que se uma postura mais tolerante em relação a diversidade de sistemas políticos aplicados em diferentes países fosse adotada pelos Estados Unidos a estabilidade e segurança no cenário internacional provavelmente seriam reforçadas. Com uma maior compreensão de fatores tais como a história, a cultura, a religião e a economia de cada país, os Estados Unidos provavelmente teriam melhores perspectivas de atingir os seus objetivos de segurança e proteger seus interesses econômicos. Guerras civis e levantes populares contra ditadores estabelecidos no poder há muito tempo, não necessariamente deveriam ser tratados com intervenções favorecendo um dos lados do conflito, supostamente aquele que compartilha os valores da democracia liberal. Se intervenção tivesse que acontecer, a postura mais construtiva talvez fosse a de empreender esforços de reconciliação. Para isso, a análise de alguns aspectos e condicionantes históricos, com vistas a entender melhor as causas dos conflitos, poderia dar maior credibilidade à imagem de *peace brokers* que as potências dominantes procuram cultivar. O respeito e a tolerância com a diversidade de sistemas políticos, cada qual refletindo as características e condições dos países nos quais se desenvolveram, portanto, poderia revelar-se um instrumento mais eficaz para garantir a paz mundial do que a estratégia de promoção da democracia liberal.

Este trabalho não teve a intenção de esgotar todas as possibilidades de análise sobre a promoção da democracia e suas implicações para a paz no cenário internacional. Pode, assim, deixar a desejar em termos de referências teóricas em alguns pontos, pois com certeza há várias visões sobre o tema. Uma vez mais, a lente ideológica pela qual cada um analisa a questão será determinante para suas próprias conclusões. Particularmente, os pontos abordados no capítulo III dão margem a várias controvérsias e bastante espaço para contra-argumentações, podendo, sem

---

<sup>116</sup> WOOD, Ellen M. Trad. Paulo César Castanheira. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003, p. 228.

dúvida, serem aprofundados em estudos específicos. Não obstante, os elementos analisados neste trabalho são suficientes para sustentar a proposição central de que a estratégia de promoção da democracia não é a melhor maneira de garantir a segurança internacional. No caso das relações entre os Estados Unidos e Cuba, uma postura construtiva em termos de dialogar entre sistemas políticos diferentes resultaria na diminuição da tensão entre os dois países, abrindo caminho para a solução de diferenças políticas. Mesmo com relação às restrições à democracia que se afirma existir em Cuba, esse quadro poderia ajudar na superação dessas dificuldades.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRY, Norman P. *An Introduction to Modern Political Theory*. London: Macmillan Education Ltd, 1981.

BELL LARA, José; DELLO BUONO, Richard A. (coordenador e tradutor). *Cuba in the 21<sup>st</sup> Century: Realities and Perspectives*. La Habana: Ed. José Martí, 2005.

BELL LARA, José. *Cuba: Socialism within Globalization*. La Habana: Ed. José Martí, 2008.

BERNAL, Martin. *Mao e a Revolução Chinesa*. In: História do Marxismo, vol 8. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Tradução: Carmen Varriale, Gaetano Lo Mônaco, João Ferreira, Luís Caçais e Renzo Dini. *Dicionário de Política*, vol. I e II. Brasília: Ed. UnB, 2008.

BOBBIO, Norberto. Trad. Carlos Nelson Coutinho. *Igualdade e Liberdade*, 5ª edição. Rio de Janeiro: Ediouro Publicações S/A, 2002.

BOBBIO, Norberto. Trad. José F. Fernández Santillán. *Liberalismo y Democracia*. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica S.A., 1989.

CASTRO, Fidel. *La Primera y Segunda Declaración de La Habana: manifiestos de lucha revolucionaria en las Américas aprobadas por el pueblo de Cuba*. Editado por Mary-Alice Waters: Editora Pathfinder Press, 2007.

CASTRO, Fidel. Editado por Iraida Aguirrechú et al. *La historia me absolverá – Discurso ante la Sala Primera de Urgencia de la Audiencia de Santiago de Cuba en 16 de octubre de 1953*. La Habana: Ed. Política, 2002.

CASTRO SANTOS, Maria Helena. Exportação de democracia na política externa norte-americana no pós-Guerra Fria: doutrinas e o uso da força. In: *Revista Brasileira de Política Internacional (online)*, 2010, vol. 53, n.1.

CHE GUEVARA, Ernesto. Editado por Néstor Kohan. El Socialismo y el Hombre en Cuba. In: *Introducción al Pensamiento Socialista: el socialismo como ética revolucionaria y teoría de la rebelión*. Bogotá: Ocean Press, 2007.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre o seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Contra a corrente: Ensaio sobre democracia e Socialismo*, 2ª edição. São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

CUBA. Constitución (1976). *Constitución de la República de Cuba*. La Habana: Ed. Política, 2006.

DAHL, Robert A. Trad. Beatriz Sidou. *Sobre a Democracia*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

EKIRCH JR, Arthur A. *A Democracia Americana: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editôres, 1965.

FUNG, Thalía (coord.). *Una Ciencia Política desde el sur: colectivo de autores*. La Habana: Ed. Félix Varela, 2009.

GILL, Stephen (org.). Trad. Dinah de Abreu Azevedo. *Gramsci, Materialismo Histórico e Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.

GIANNOTI, José Arthur. (org.). Trad. José Carlos Bruni et al. *Karl Marx – Manuscritos econômico-filosófico e outros textos escolhidos*. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978.

GOTT, Richard. Renato Aguiar. *Cuba: uma nova história*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2006.

HOBSBAWM, Eric J. Aspectos Políticos da Transição do Capitalismo ao Socialismo. In: *História do Marxismo*, vol. 1. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1983.

HOBSBAWM, Eric J. (org.). Trad. Carlos Nelson Coutinho et al. *História do Marxismo*, vol. 7. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. (org.). Trad. Carlos Nelson Coutinho et al. *História do Marxismo*, vol. 8. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. (org.). Trad. Carlos Nelson Coutinho et al. *História do Marxismo*, vol. 9. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. (org.). Trad. Carlos Nelson Coutinho et al. *História do Marxismo*, vol. 10. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987.

HOBSBAWM, Eric J. (org.). Trad. Carlos Nelson Coutinho et al. *História do Marxismo*, vol. 12. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1987.

HILB, Claudia. Trad. Miriam Xavier. *Silêncio, Cuba. A esquerda democrática diante do regime da Revolução Cubana*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2010.

JACKSON, Robert; SØRENSEN, Georg. Trad. Bárbara Duarte. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 2007.

JASMIN, Marcelo. As Américas de Tocqueville: a comunidade e o auto-interesse. In: SOUSA, Jessé (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

JOHNSTONE, Monty. *Um instrumento de tipo novo: o partido leninista de vanguarda*. In: História do Marxismo, vol.6. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

KELSON, Hans. Tradução: Ivone Benedetti, Jefferson Camargo, Marcelo Cipolla e Vera Barkow. *A Democracia*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2000.

KOHAN, Néstor. *Introducción al Pensamiento Socialista: El socialismo como ética revolucionaria y teoría de la rebelión*. Bogotá: Ocean Sur, 2007.

LEI ELEITORAL DA REPÚBLICA DE CUBA.

Disponível em: <[http://www.cubaminrex.cu/mirar\\_cuba/La\\_isla/ley\\_electoral.htm](http://www.cubaminrex.cu/mirar_cuba/La_isla/ley_electoral.htm)>. Acesso em: 20/05/2011.

LEZCANO PÉREZ, Jorge. *El Sistema Político de Cuba*. La Habana: Ediciones Poder Popular, 2004.

LÓPEZ GARCÍA, Delia Luisa. A Guide for Understanding the Cuban Political System. In: *Cuba in the 21<sup>st</sup> Century: Realities and Perspectives*. Coord. José Bell Lara e Richard A. Dello Buono. Havana: Instituto Cubano del Libro, Ed. José Martí, 2005.

MÁO JÚNIOR, José Rodrigues. *A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868-1963)*. São Paulo: Ed. do Autor, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Trad. Samuel Moore. Notes by J.P Taylor. *The Communist Manifesto*. London: Penguin Group, 1967.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

PAKENHAM, Robert. *Liberal America and the Third World: Political Development Ideas in Foreign Aid and Social Science*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

PETRAS, James. Trad. Ana Maria R. Naumann et alli. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: Ed. FURB, 1999.

PNUD. Trad. Mônica Hirst. *Democracia na América Latina: rumo a uma democracia de cidadãos e cidadãos*. Santana do Parnaíba, SP: LM&X, 2004.

RIVAS TOLL, Elena. *Pensamiento filosófico de José Martí: um estúdio desde lãs mediaciones político-axiológicas*. La Habana: Ed. Ciencias Sociales, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2002.

SARTORI, Giovanni. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. *A Teoria da Democracia Revisitada*, vol II – As questões clássicas. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

SOUSA, Jessé (org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2001.

THACKRAH, J.R. *Politics*. London: William Heinemann Ltd., 1987.

TEXIER, Jacques. Trad. Duarte Pacheco Pereira. *Revolução e democracia em Marx e Engels*. Rio de Janeiro. Ed. UFRJ, 2003.

TORRADO, Fabio R. *La crisis de los sistemas electorales del mundo capitalista*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2009.

U.S. DEPARTMENT OF STATE.

Disponível em: <<http://www.state.gov/g/drl/democ/>>. Acesso em: 17/05/2011.

VÉLEZ RODRÍGUEZ, Ricardo. *A Democracia Liberal segundo Alexis de Tocqueville*. São Paulo: Ed. Mandarim, 1998.

VON MISES, Ludwig. Trad. Haydn Coutinho Pimenta. *Liberalismo segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio: Instituto Liberal, 1987.

WIKILEAKS.

Disponível em: <<http://wikileaks.enet.gr/About.html>>, Acesso em: 20/05/2011.

WOOD, Ellen Meiksins. Trad. Paulo Cezar Castenheira. *Democracia contra Capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

ZALDÍVAR DIÉGUEZ, Andrés. *Bloqueo: el asedio económico más prolongado de la historia*. La Habana: Ed. Capitán San Luis, 2003.